



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE PEDAGOGIA



RENATO POUBEL DE SOUSA ASSUMPÇÃO

CIDADANIA E EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ENCONTRO (IM) POSSÍVEL

SÃO GONÇALO
2010.

RENATO POUBEL DE SOUSA ASSUMPCÃO

CIDADANIA E EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ENCONTRO (IM)POSSÍVEL

Dissertação de monografia apresentada ao Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ms^a Tânia Marta Costa Nhary

SÃO GONÇALO
2010.

Renato Poubel de Sousa Assumpção

Cidadania e Educação Física: Um encontro (im)possível

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título em Licenciatura Plena no curso de Pedagogia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovado em ___/___/_____.

Banca examinadora:

Orientadora: Prof^a Ms^a Tânia Marta Costa Nhary

Prof^a Dr^a Helena Amaral da Fontoura

São Gonçalo

2010

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus, que ilumina e abençoa durante todos os momentos da minha vida. Aquele que me dá forças nos momentos de exaustão e me conforta nas dificuldades.

Ao meu pai, a minha mãe e a minha irmã, que sempre se fizeram presentes em minha vida acadêmica. Aqueles que me deram todo o apoio necessário para que aqui chegasse.

A minha esposa Marcelle, que abraçou comigo os momentos difíceis e alegres, ajudando-me e incentivando-me durante todo o curso.

Aos meus avós, início de minha estrutura familiar.

Aos meus tios e primos que fizeram parte da minha vida e do meu crescimento profissional.

A todos os professores, que de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento, mas em especial a professora Helena Amaral, que me auxiliou em momentos de grande dificuldade.

A minha orientadora Tânia Nhary, pela dedicação, eficiência e paciência, durante toda a elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos de graduação (FFP-UERJ, UNIVERSO e UGF), por toda a ajuda e dedicação, pela atenção e companheirismo prestados durante o curso.

É hora de ajustarmos as nossas estratégias, vale dizer a nossa pedagogia, na direção de uma transformação autêntica, mais compatível com o nosso discurso e a nossa própria realidade.

João Paulo Subirá Medina (1991)

RESUMO

A partir da construção de uma análise teórica, buscou-se no presente trabalho fundamentos para melhor compreender o conceito de cidadania ao longo do século XIX até os dias atuais relacionado à prática pedagógica da Educação Física. Para melhor perceber o presente, faço em um primeiro momento uma ‘viagem’ ao passado na busca de encontrar respostas que possam nos orientar a entender o atual campo da Educação Física, mas especificamente o escolar. Construo uma linha do tempo que percorre desde o início do séc XIX até os dias de hoje. Procurei entrelaçar dentro desta linha temporal, algumas temáticas que possibilitaram as diversas influências históricas da Educação Física brasileira, como o contexto histórico do Brasil durante este período, utilizando-me da compreensão social, político e econômico da época; alinhado as teorias da educação, na qual busco as idéias de Demerval Saviani (1985) e Cipriano Luckesi (1994); as tendências da Educação Física (higienista, militarista, pedagogicista, competitivista, popular), vivenciadas no Brasil, definidas por Paulo Ghiraldelli Junior (2003); e as influências dos movimentos europeus dentro da Educação Física brasileira, recorrendo a Vitor Marinho de Oliveira (1987) e Carmen Soares (2001). Com a junção destas “peças”, ou fios, busco, em um segundo momento, discutir o modelo de cidadão que a Educação Física desejou “formar” como sujeitos sociais na atualidade. Concluo que os ideais de cidadão objetivados pela Educação Física ao longo de sua história, trazem para os dias de hoje marcas em suas práticas. Contudo tais influências devem nos auxiliar a refletir sobre as práticas atuais da Educação Física e entender sua grande importância como área educacional nos dias de hoje na busca pela transformação e na formação de homens críticos. É através do entendimento do seu viés político, que a Educação Física poderá auxiliar no processo de formação do ser humano, na busca de uma sociedade menos injusta e mais igualitária.

Palavras-chave: Educação Física, Cidadania, Formação, Tendências da Educação Física.

RESUMEN

Desde la construcción de un análisis teórico, se buscó en este trabajo fundamentos para qué haya una mejor comprensión del concepto de ciudadanía en desde el siglo XIX hasta la actualidad relacionados con la práctica docente de Educación Física. Para entender bien al presente, hago al principio un viaje al pasado en busca de encontrar respuestas que nos guíen a comprender la educación física actual. Construyo una línea del tiempo que va desde el comienzo del siglo XIX hasta el presente siglo XXI, entrelazando en esta línea temporal, algunas cuestiones que permiten las diversas influencias históricas de la Educación Física en Brasil, como su contexto histórico durante este período. Utilizo el discernimiento social, político y económico, alineados a las teorías de la educación, en las cuales busco ideas de Demerval Saviani (1985) y Cipriano Luckesi (1994); las tendencias en Educación Física (higienista, militarista, pedagógicos, competitiva, popular), vividas en Brasil, definidas por Paul Ghiraldelli Junior (2003); y las influencias de los movimientos europeos en Educación Física, con Vitor Marinho de Oliveira (1987) y Carmen Silva (2001). Con la adición de estas "piezas", o alambres, que mencioné anteriormente que busco en un según momento, sin abandonar las influencias de su pasado, discutir el modelo de ciudadano que la Educación Física deseaba "formar" como sujetos sociales de la actualidad. Concluyo que los ideales de ciudadano objetivado por la Educación Física a lo largo de su historia, lleva esta marca en sus prácticas actuales. Pero las influencias deberían ayudarnos a reflexionar sobre las prácticas actuales de la educación física y entender su importancia como campo de la educación hoy día en la búsqueda de la transformación y la formación de los críticos masculinos. Es por de la comprensión de su sesgo política, que la educación física puede ayudar en el proceso de formación el ser humano en búsqueda de una sociedad menos injusta y más igualitaria.

Palabras claves: Educación Física, ciudadanía, formación, tendencias en Educación Física.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- VISITANDO O PASSADO PARA ENTENDER O PRESENTE E ESCREVER O FUTURO.....	13
1.1. Primeira Tendência. Educação Física Higienista.....	14
1.1.1. <u>Momento histórico-político da época.....</u>	14
1.1.2. <u>Tendência pedagógica da época: <i>Pedagogia Tradicional</i>.....</u>	16
1.1.3. <u>Influência européia na Educação Física brasileira métodos (escolas) do período.....</u>	17
1.1.4. <u>Cidadão Sadio (Educação Física Higienista).....</u>	27
1.2. Segunda Tendência. Educação Física Militarista.....	33
1.2.1. <u>Momento histórico-político da época.....</u>	33
1.2.2. <u>Tendência pedagógica da época: <i>Pedagogia Nova</i>.....</u>	36
1.2.3. <u>Período de 1939 (As linhas européias).....</u>	38
1.2.4. <u>Cidadão Soldado (Educação Física Militarista).....</u>	39
1.3. Terceira Tendência. Educação Física Pedagogicista.....	41
1.3.1. <u>Momento histórico-político da época.....</u>	41

1.3.2. <u>Tendência pedagógica da época: <i>Pedagogia Nova e Tecnicista</i></u>	45
1.3.3. <u>Influência européia na Educação Física brasileira métodos (escolas) do período</u>	45
1.3.4. <u>Cidadão Soldado (Educação Física Pedagogicista)</u>	45
1.4. Quarta Tendência. Educação Física Competitivista	47
1.4.1. <u>Momento histórico-político da época</u>	47
1.4.2. <u>Tendência pedagógica da época: <i>Pedagogia Tecnicista</i></u>	51
1.4.3. <u>Influência européia na Educação Física brasileira métodos (escolas) do período</u>	52
1.4.4. <u>Cidadão Soldado (Educação Física Militarista)</u>	52
1.5. Quinta Tendência. Educação Física Popular	55
1.5.1. <u>Momento histórico-político da época</u>	55
1.5.2. <u>Tendência pedagógica da época: <i>Pedagogia Crítico Reprodutivas</i></u>	58
1.5.3. <u>Influência européia na Educação Física brasileira métodos (escolas) do período</u>	59
1.5.4. <u>Cidadão Soldado (Educação Física Militarista)</u>	59
CAPÍTULO 2 – CIDADANIA E EDUCAÇÃO FÍSICA, HOJE, O QUE É POSSÍVEL?	63
2.1. O que é ser Cidadão?	63

2.2. Cidadania e Educação Física, hoje, o que é possível?.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

Escolhi este tema por estar diretamente ligado a meu fazer docente no campo da Educação Física. As questões ligadas a Educação Física e cidadania são as que abalam minhas certezas, me despertam conflitos, me suscitam a busca de compreensão dos embates no campo da educação.

Durante minha prática docente, percebi as diversas contradições no que diz respeito à formação para a cidadania dentro do contexto escolar, mas em especial no que diz respeito à Educação Física. Após cursar Pedagogia na UERJ/FFP, passei a repensar minhas próprias práticas. Percebi que deveria entender minha área num âmbito mais pedagógico. Minhas aulas carregavam conceitos de formação de cidadão que me pareciam ocultos, não percebidos até então. Minhas práticas, os conteúdos ensinados, carregavam todo um contexto historicamente formado de que tipo de cidadão pretendia-se buscar. Passei a questionar, que tipo de cidadão a Educação Física pretende formar com suas práticas e ideologias atuais e até que ponto seu passado influenciou ou influencia essas práticas?

Estas incertezas me movem na busca das questões que envolvem cidadania, formação e Educação Física.

Faço, em um primeiro momento, uma 'viagem' ao passado na busca de encontrar respostas que possam nos orientar a entender a atual Educação Física. Crio uma linha do tempo que se inicia no início do séc XIX até os dias atuais, séc XXI. Nesta linha busco diversas influências na história da Educação Física brasileira, mas não se trata de uma descrição meramente cronológica, pois vou buscar fios onde poderíamos destacar os momentos políticos pelos quais passamos; as teorias da educação, na qual destacamos as visões de Dermerval Saviani (1985) e Cipriano C. Luckesi (1994); as tendências de Educação Física (higienista, militarista, pedagogicista, competitivista, popular), vivenciadas no Brasil e muito bem definidas por Paulo Ghiraldelli Junior (2003); e as influências dos movimentos europeus dentro da educação física brasileira, na qual recorro a Vitor Marinho de Oliveira (1987) e Carmen Soares (2001), para melhor compreender as tendências da Educação Física atual. Faço um caminho histórico de convergência de fatos, tendências e correntes de pensamento, tanto na política como na economia e, sobretudo, no campo da educação e da educação física.

Compreende-se neste texto as tendências de Guiraldelli Jr como indícios de matrizes de pensamento na perspectiva social, política e econômica do Brasil à época, não como verdades das ciências humanas, mas como pistas de entendimentos.

Numa segunda parte, busco compreender os conceitos de cidadania inseridos no âmbito da educação e em como se deu a apropriação dos mesmos dentro da Educação Física para, a partir de tais reflexões, buscar discutir sobre que tipo de cidadão, através das praticas atuais do ensino de educação física, a presente área em discussão possui interesse em “formar”. Dessa forma busco compreender os conceitos de cidadania debatidos no âmbito da pedagogia, me apropriando das idéias de Arroyo (2007), Buffa (2007), Santos (1987), Freire (1970), Matuí (2001) e Ferreira (1993)

Sendo assim, busca-se compreender nesta pesquisa os conceitos de cidadania embutidos nas práticas pedagógicas da atual Educação Física estudando a história da mesma e os conceitos de cidadania nela desenvolvidos; verificando sua utilização nos processos de formação dos alunos, nas escolas; e analisando de forma crítico-pedagógica a prática dos atuais professores de Educação Física, procurando verificar a presença ou não de possíveis resquícios dos conceitos de cidadania desenvolvidos no passado pela disciplina e compreender como se dá ou deveria se dar nas práticas atuais da presente área em discussão a formação do cidadão numa perspectiva progressista.

CAPÍTULO 1 - Visitando o passado para entender o presente e escrever o futuro.

Início meu trabalho fazendo uma pequena viagem ao passado em busca de encontrar respostas sobre a Educação Física de hoje. Quando falo em pequena viagem, penso que não podemos considerar uma viagem até o séc XIX como algo longo no processo histórico, haja visto que outras disciplinas (entendam aqui, conhecimentos) como a Matemática, Geografia, Português, entre outras, estão presentes desde a chegada dos portugueses a nossa terra e porque a história da Educação Física como conhecimento, é muito mais antiga. Sua história se inicia desde muitos anos antes de Cristo com “os chineses, hindus, egípcios, persas e mesopotâmicos e com os gregos e romanos assumindo maior legitimização em face de um conhecimento melhor das condições de sua civilização” (LEANDRO 2002, p.1).

Vale apenas ressaltar que o termo Educação Física no qual será utilizado ao longo do presente trabalho para compreender o processo histórico de tal disciplina, pode ser considerado um termo recente, na medida em que a referida área recebia até início do século XX o nome de Ginástica. (BRASIL, 1997a, p.19).

Entretanto, o enfoque histórico não é parte principal deste trabalho, sendo assim, limitar-nos-emos a compreender a origem da Educação Física em um contexto histórico brasileiro, como forma de utilizar a história como ferramenta de compreensão das concepções e práticas da atual formação de cidadania.

Se pensarmos a Educação Física por sua prática, sem levar em consideração sua ação planejada e estruturada (o que a diferencia da simples prática de atividades físicas), ela sempre esteve presente no Brasil, já que os índios nadavam, corriam, caçavam, lutavam... dentre outras coisas. Mas esta não é a questão do presente estudo. Nesta parte histórica, focaremos a Educação Física como ciência, que neste contexto chega ao Brasil ainda no império, séc. XIX, “vinculadas às classes militares e à classe médica”. (BRASIL, 1997a, p.19)

Pensar o presente e planejar o futuro em qualquer situação, não pode e não deve abrir mão da história. É através da história que compreendemos os acontecimentos presentes, e podemos, assim, construir um futuro mais de acordo com os nossos princípios.

Desta forma, para melhor compreensão do processo histórico desta área, utilizei-me das tendências da Educação Física, higienista, militarista, pedagogicista, competitivista, popular, descritas por GUIRALDELLI JR. (2003), associando-a ao momento histórico político pelo qual o Brasil passava, junto às teorias da educação na qual destacamos as visões de SAVIANI (1985) e os movimentos europeus, que influenciaram a Educação Física brasileira. (OLIVEIRA, 1987; SOARES, 2001).

Vamos por um critério de organização espaço-tempo, exercer nossa viagem utilizando-nos das tendências da educação física como pontos de debate, como indícios das concepções vigentes, mas não como verdades estabelecidas.

1.1. Primeira Tendência. EDUCAÇÃO FÍSICA HIGIENISTA:

Esta tendência tem seu início no séc XIX, e vai até o séc XX (1930). Utilizando-se de GUIRALDELLI JR, (2003) como base, verificaremos a presença de pelo menos cinco tendências da Educação Física no Brasil, (Higienista, Militarista, Pedagogicista, Competitivista, e por fim a Popular). Vamos neste primeiro momento destacar a tendência Higienista.

Para que possamos melhor compreender as características desta tendência, primeiramente vamos analisar os seguintes fatos:

1.1.1. Momento histórico-político da época:

Durante o séc XIX, o Brasil passou por diversos conflitos internos e externos. Neste período os impasses e as brigas de poder pelos mais diversos interesses eram constantes, entretanto, a base sempre foi a busca da manutenção do “*status quo*” (expressão latina que designa o estado atual das coisas).

Dessa forma, é importante que entendamos que muitos dos acontecimentos (politicamente corretos à época) tinham por traz “jogos” de poder.

Podemos verificar através de MAIA, (1999), que um dos pontos históricos que está diretamente ligado à história da Educação Física no Brasil (mais precisamente no que diz respeito à “purificação da raça”), é o movimento abolicionista, que como já dito anteriormente, ocorreu por simples questão política e não bondade e consciência.

Após a Guerra do Paraguai, movimento que auxilia na abolição de muitos

escravos que lutaram na guerra, ganha força também o movimento da República, que tinha os cafeicultores como principais representantes do movimento e que aderiram ao mesmo, por não terem seus interesses representados na Assembléia dos deputados e senadores. (MAIA, 1999).

Neste período, verifica-se a proibição Inglesa de traficar escravos pelo Atlântico, o que gerou déficit de mão de obra e provocou a luta pelo trabalhador livre no Brasil, colaborando a favor do movimento abolicionista. Essa luta culminou na lei Áurea de 13/05/1888, que dava liberdade a todos os escravos, fato fundamental na queda da monarquia e na proclamação da República, em 15/11 de 1889 (MAIA, 1999). Ponto importantíssimo para o processo de mudanças da Educação Física, haja vista as mudanças de pensamento político-social da época, e a ascensão do movimento higienista (LEANDRO, 2002).

É neste período, então, que se passa a importar mão de obra, ou seja, ocorre a abertura das fronteiras, que trás diversos imigrantes para o Brasil com uma mão de obra mais qualificada do que a escrava e recebendo baixos salários, além de serem brancos (parte fundamental para o interesse de branqueamento da “raça” brasileira). Podemos verificar, assim, que a abolição não passou de um jogo de interesses econômicos e políticos (MAIA, 1999).

É claro que outros interesses de poder auxiliaram no processo abolicionista, como o apoio da Inglaterra. A este país só interessava pessoas com recursos financeiros para comprar seus produtos e escravos não podiam comprá-los, pois não possuíam poder aquisitivo, e quanto mais pessoas pudessem comprar, melhor seria para a indústria. A Inglaterra era o país de maior poderio industrial da época (vale lembrar que neste momento vivemos ainda o período da revolução industrial, na qual teve o seu início justamente na Inglaterra em meados do século XVIII, mas que só chega ao Brasil um bom tempo depois) (MAIA, 1999). Entretanto, vamos nos limitar a estes pontos, pois são estes os principais para a compreensão histórica da Educação Física no Brasil.

Mudando um pouco o foco, há de se falar também sobre a precariedade de condições de vida na qual a população brasileira vivia, em termos de miséria, moradias precárias, péssimas condições de saúde, fatores responsáveis, inclusive, por diversas revoltas. Para o presente trabalho vale lembrar a revolta da vacina (1904), ocorrida no Rio de Janeiro com o movimento higienista da época, onde se viu a reurbanização e saneamento do centro da cidade, importantíssimo frente as

questões de saneamento, contudo, geravam problemas para as populações mais pobres a medida em que cortiços e casebres eram destruídos. Durante a execução de tais medidas, o médico Osvaldo Cruz determina a vacinação obrigatória da população, além das medidas sanitárias, buscando controlar doenças endêmicas como a varíola e a febre amarela. Porém a população por vários motivos, como falta de moradia, desemprego, questões culturais, etc., revolta-se contra a obrigatoriedade da aplicação das vacinas (MAIA, 1999). Esse conjunto de fatos fez com que a educação do corpo, ou seja, física, se voltasse para uma proposta higienista, em que o potencial biológico do corpo do sujeito em sociedade fosse cuidado objetivando um corpo social sadio.

1.1.2. Tendência pedagógica da época: *Pedagogia Tradicional.*

Após a revolução francesa (1789-1799), uma nova classe toma o poder, a burguesia. Esta desejava criar uma nova sociedade que tinha como princípio a liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei (MAIA, 1999). Entretanto, para se consolidar a democracia burguesa e construir o novo cidadão desejado, e por conseqüência, esta nova nação, visava-se construir uma sociedade “democrática”, pensada por este novo poder (a burguesia). Era necessário romper com aquilo que eles acreditavam impedir o crescimento do indivíduo na vida: a ignorância (SAVIANI, 1985).

De acordo com SAVIANI (1985), é neste momento que a escola passa a ter papel fundamental para os planos da burguesia, na medida em que a mesma passa a ser vista como solução da erradicação da ignorância, barreira esta que impedia que os mais pobres, os súditos, pudessem vir a transforma-se em cidadãos, indivíduos “livres”.

Desta forma que a educação passa a ser vista como direito de todos e dever do Estado, pois pensava-se que a causa da marginalidade era a ignorância, e o ignorante é aquele que não é esclarecido e a forma de sê-lo é através da escola.

Sendo assim, a escola pensada como antídoto contra a ignorância, passa a ter o seu papel em seus princípios tradicionais de reproduzir e transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade (SAVIANI, 1985).

Dentre as suas características principais, podemos destacar a centralidade da escola e de seu processo educacional no professor, pois se é a escola o antídoto

contra a ignorância, o professor seria o elemento principal da fórmula, para a cura do problema, desta forma, o mais importante no processo educacional seria a sua boa formação profissional, o mesmo deveria estar bem preparado.

Segundo SAVIANI (1985), o modelo da escola deveria respeitar a divisão por classes (turmas) de acordo com o seu desenvolvimento, possuindo as mesmas um único professor e sendo as atividades divididas por disciplinas.

Esta tendência fracassa, pois nem todas as pessoas conseguiram o acesso à escola, e aqueles que conseguiam, em grande parte não eram bem sucedidos e/ou não se “adaptavam” ao meio social que se queria consolidar.

Contudo, percebemos uma forte ligação aqui entre a pedagogia tradicional e a Educação Física, na medida em que se a ignorância era vista como responsável pelo atraso da nação, um Estado saudável poderia vir a ser mais produtivo, inclusive na aquisição de conhecimentos.

Além disto a escola deste momento e a Educação Física possuíam ideais semelhantes o que de certa forma viria a facilitar a integração da Educação Física no universo escolar. A disciplina, a transformação da sociedade no que diz respeito a instrução, regeneração, higienização, branqueamento, e formação de cidadãos sadios e prontos para a ação (haja visto o ideal de sociedade que abraça a industrialização), eram ideais que se faziam presentes tanto na escola tradicional brasileira quanto na Educação Física que existia neste momento. Ambas tinham seus interesses voltados para os das elites.

A educação e a Educação Física vinham a serem os “remédios” salvadores do progresso e por conseqüência da nação.

1.1.3. Influência européia na Educação Física brasileira métodos (escolas) do período:

O período de 1800 a 1900 é caracterizado pela formação de grandes escolas. Para OLIVEIRA (1987) surgem neste momento a escola Alemã, a escola Nórdica, a escola Francesa (a maior influenciadora da Educação Física brasileira) e a escola Inglesa. SOARES (2001) também verifica a presença destas quatro escolas, entretanto, substitui a escola Nórdica (composta por Dinamarca, Suécia e Noruega), focando apenas na escola Sueca, (o que na verdade seguem a mesma linha), sendo a escola sueca, dentro das escolas nórdicas, a de maior influência no Brasil.

Antes de qualquer coisa, é importante que destaquemos alguns pontos em comum de tais escolas. Primeiramente, devemos observar que o mundo passa por intensas mudanças, sendo uma delas marcante para que a ginástica venha a ganhar espaço: a revolução industrial. A mesma vem a mudar a vida das pessoas, muda conceitos, muda o tipo de trabalhador desejado e a forma de trabalho a ser executada.

Desta forma, para a solução dos problemas oriundos do progresso, perante esta nova sociedade, a ginástica é vista como “remédio” e “cura” para todas as questões. Sendo assim, veremos a principal semelhança entre as escolas europeias, a essência medicalizante.

SOARES (2001) nos mostra algumas características semelhantes entre estas escolas, como podemos observar no seguinte fragmento:

Apresentando algumas particularidades a partir do país de origem, essas escolas, de um modo geral, possuem finalidades semelhantes: regenerar a raça (não nos esqueçamos do grande número de mortes e de doenças); promover a saúde (sem alterar as condições de vida); desenvolver a vontade, a coragem, a força, a energia de viver (para servir à pátria nas guerras e na indústria) e, finalmente, desenvolver a moral (que nada mais é do que uma intervenção nas tradições e nos costumes dos povos). (SOARES, 2001, p.52).

Após observarmos suas semelhanças, vamos agora, verificar as características principais de cada escola:

Escola Alemã: segundo Oliveira (1987), esta escola está diretamente ligada à pedagogia. Suas principais influências são: os alemães Basedow e Sazmam, (os quais proporcionaram a implantação da Educação Física escolar), Jean Jecques Rousseau (que escreve o Emílio, em 1762) e Joham Heirich Pestalozzi (fundador da escola primária popular).

A defesa da pátria e a busca da formação de uma unidade nacional são as finalidades principais desta escola. Buscava-se atingir esse ideal através da formação de um povo com homens e mulheres fortes e cheios de saúde. (SOARES, 2001).

Na perspectiva de OLIVEIRA (1987), a escola alemã pode ser dividida em três partes na qual chamamos:

- Ginástica Pedagógica Moderna: tem sua origem com Johann Christoph Friedrich Guts Muths, que pensava a ginástica para a juventude e cria o primeiro livro de ginástica da época. Para ele a ginástica deveria estar inclusa dentro das obrigações humanas e deveria abranger todas as variedades de exercícios corporais nunca indo contra a natureza.

- Ginástica Prática Social: tem sua origem com Friedrich Luwig Jahn e o intenso sentimento nacionalista popular é sua característica principal, procurando inculcar um grande sentimento nacional, uma unificação da pátria, valorizando com isso a formação do forte “viver quem poderia viver” (GILLET 1971 apud OLIVEIRA, 1987). Dessa forma, o exercício físico passa a responder pela educação do povo, dividindo esta responsabilidade com a escola. Vale ressaltar que é neste modelo de ginástica que surge a ginástica olímpica que conhecemos.
- Ginástica criada por Adolf Spiess: foi grandemente influenciado pelas idéias de Pestalozzi e possui como fator marcante a introdução definitiva da Educação Física dentro das escolas alemãs. Era um crítico da ginástica de Jahn, afirmando que a mesma não atendia a educação infantil. Vale ressaltar também que Spiess foi um dos grandes estimuladores da Educação Física feminina.

Como já vimos na parte histórico-política, o Brasil, devido principalmente as políticas abolicionistas, abre as fronteiras para a imigração de estrangeiros ao país, pois havia a “necessidade” de mão de obra, branqueamento da raça, mão de obra qualificada, dentre outros fatores referentes às mudanças que existiam no país que estava em vias de se transformar em uma república.

Parte destes imigrantes era representada pelos alemães, que vindos para o Brasil traziam consigo seus hábitos e costumes, e, por conseqüência, também apresentaram sua ginástica, que carregavam consigo o hábito de exercitar-se como modo de vida. (LEANDRO, 2002).

É importante, para uma melhor compreensão da influencia da escola alemã no Brasil, ressaltar aqui a fala de SOARES, (2001), no qual afirma:

A historiografia da Educação Física brasileira registra que a implantação da ginástica alemã, neste período, deve-se ao grande número de imigrantes alemães que aqui se instalaram, e que tinham, naquela ginástica, um hábito de vida. **Sua implantação também é atribuída aos soldados da Guarda Imperial, que eram de origem prussiana e que, ao deixarem o serviço militar, não mais regressavam ao país de origem, preferindo permanecer no Brasil.** (SOARES, 2001, p. 56).

Temos de ressaltar, ainda, a consagração do método alemão como o método oficial do exército brasileiro em 1860, sendo praticado na escola militar até 1912, data esta onde o método francês passa a assumir o seu lugar. Porém, vale ressaltar aqui, que o método alemão não foi considerado apto para as escolas primárias

brasileiras, pois apresentava grande característica militar e não se preocupava com o pedagógico, sendo Rui Barbosa um de seus maiores críticos neste ponto, e sendo defendido para esta etapa do ensino, o método sueco. (SOARES, 2001).

Escola Nórdica (Sueca): Segundo SOARES, (2001):

A sistematização da ginástica na Suécia ocorre no início do séc XIX. Voltado para extirpar os vícios da sociedade, entre os quais o alcoolismo, o método sueco de ginástica se colocava como o instrumento capaz de **criar indivíduos fortes, saudáveis e livres de vícios**, porque preocupados com a saúde física e moral. Esses eram os indivíduos necessários, já que seriam úteis à produção e à pátria. **Bons operários**, uma vez que por esta época a Suécia da início ao seu processo de industrialização, e **bons soldados**, uma vez que a ameaça de guerra estava sempre presente. (SOARES, 2001, p. 57).

A escola nórdica pode ser dividida em três partes segundo OLIVEIRA, (1987):

- Franz Nachteggall: é considerado o fundador da ginástica na Dinamarca, pensando a Educação Física como essencial na formação do povo. Tem como principais marcas, a inclusão da ginástica nas escolas primárias, em um período em que vem a ser implantado de forma obrigatória nas escolas a ginástica. O outro ponto é ter a Educação Física feminina como uma de suas grandes preocupações.
- Pedro Enrique Ling: assim como Nachteggall, Ling vê a Educação Física como algo essencial ao povo. Da mesma forma que Jahn, na Alemanha, constitui em sua ginástica um enorme 'espírito de patriotismo'. A ginástica para ele viria a ter o objetivo de elevar o moral do povo sueco, combater o alcoolismo e a tuberculose, regenerar o povo, princípios estes de caráter higienista. Para Ling, segundo SOARES (2001), de acordo com os fins pretendidos, a sua ginástica poderia, ser dividida em quatro partes: pedagógica ou educativa; militar; médica e ortopédica; e estética.
- Hjalmar Ling: filho de Pedro Ling foi o verdadeiro criador da Educação Física escolar sueca na medida em que o mesmo colocou as crianças dentro do processo da ginástica.

É um método com características voltadas para o pedagógico, e não o militar, características estas defendidas por Rui Barbosa e Fernando de Azevedo para a implantação da Educação Física nas escolas, além de ser baseada na ciência, agradando aos médicos, profissionais muito importantes neste novo Brasil republicano da época. Isso acaba por proporcionar a implantação da mesma no

Brasil no ensino primário (SOARES, 2001).

Escola Francesa: esta é a principal escola para o nosso país, pois foi a de maior influência na Educação Física brasileira, sendo o método oficial do país durante muitos anos. Foi a responsável por construir as bases da nossa Educação Física. (OLIVEIRA, 1987; SOARES, 2001)

Podemos citar, de acordo com OLIVEIRA, (1987) três autores que se destacaram no início da formação desta escola:

- Ginástica Amorisiana, por Dom Francisco Amoros y Omdeano: era militar espanhol, considerado pai da ginástica francesa. Possuía como principal característica em sua ginástica, a essência militar. Suas principais influências foram Rabelais (ginástica utilitarista), Gits Muths (ginástica pedagógica), Jahn (ginástica acrobática), Pestalozzi (ginástica atrativa).
- No final do séc. XIX, Pierre de Coubertin: o criador das olimpíadas modernas é um defensor da criação de uma Educação Física escolar francesa.
- Phoktion Heirich Clias: criador da calistenia em 1829; defensor da ginástica feminina com vocação estética e tendo os gestos da dança como origem.

Esta ginástica possui muitas influências da revolução francesa ocorrida no séc. XVIII, e tendo ainda neste momento a burguesia buscando sua afirmação como nova classe em acessão e idealizadora da formação de novas ideologias.

Dessa forma, busca atender o princípio burguês de que a educação é a regeneradora do povo, é ela a capaz de transformar o homem e de formá-lo como “sujeito cidadão”, sendo assim, pensa-se que a educação é um direito de todos, nesta nova sociedade francesa “democrática”.

Neste ponto, a ginástica volta-se para o desenvolvimento social. Mas do que isso, a formação de um corpo forte, capaz de melhoras em suas condições físicas e financeiras e promovendo o crescimento do estado.

O pensamento de um corpo saudável, a formação da moral, da resistência, dentre outras qualidades desenvolvidas pelo exercício, não eram buscadas ao acaso. Tais qualidades estavam diretamente ligadas aos interesses perante à defesa da pátria e a boa mão de obra para o trabalho fabril.

Em 1850 ocorre a obrigatoriedade da ginástica na escola, o que por um lado leva a execução da mesma por profissionais despreparados, principalmente no que diz respeito à parte pedagógica, pois em sua maioria eram os militares que a aplicaram. Por outro lado, a parte científica (o lado fisiológico-médico) vem a ser vista como algo fundamental buscando-se valorizar os conteúdos médico-higiênicos e a sistematização do exercício físico através dos estudos e das pesquisas que passam a ser realizadas.

O interesse na saúde da mulher é um ponto importante a ser colocado. A mesma tem um papel importantíssimo no que diz respeito a visão higienista, na medida em que é vista como a “mãe” da pátria. Os futuros filhos da nação terão grande influência de suas mães, desta forma era importante preparar as mulheres para que fossem bem sucedidos os ideais da nova sociedade burguesa.

Esta escola chegou ao Brasil em 1907 pela Missão Militar Francesa e foi implantada de forma oficial no país em 12 de abril de 1921, pelo decreto nº 14.784, em 1929, através do ministério da guerra composto por civis e militares. Nessa ocasião, cria-se uma lei onde todos aqueles que moravam no Brasil passavam a ter de praticar a Educação Física. A mesma passa a ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, sendo o método francês o método obrigatório a ser adotado, registro esse observado no artigo 41 da presente lei. (LEANDRO, 2002; SOARES, 2001).

Foi passível de críticas perante a ABE (Associação Brasileira de Educação), em 1924, à medida que a mesma questionava a implantação e obrigatoriedade de um sistema estrangeiro de ginástica. Acreditava-se que este método não atenderia as necessidades perante a solução dos problemas educacionais, pois tal método foi desenvolvido para atender características específicas de outra nação. (SOARES, 2001).

Escola Inglesa: dentre as quatro escolas européias, esta é a de menos influência no Brasil, tanto que SOARES (2001), apenas cita seu nome dentro das escolas européias, mas nem a comenta quanto às escolas que influenciaram a Educação Física brasileira.

Tem importante característica no que diz respeito a ser baseada nos jogos e no esporte. Abandonando um pouco a tendência das outras escolas quanto ao trabalho por meio da ginástica através de exercícios calistênicos e repetitivos, sem identificação alguma com o lúdico, possuía, assim, uma tendência “não-ginástica”,

diferenciando-se das outras três escolas.

OLIVEIRA (1987) nos fala que a mesma é considerada após os gregos e a época medieval, o terceiro impulso da história do esporte, devido ao grande cunho esportivo presente em sua característica.

Segundo OLIVEIRA (1987), podemos destacar como principais influências, neste período:

- Thomas Arnold: não foi o inventor do esporte, mas foi aquele que o colocou no currículo da escola na qual dirigia, sendo seguido por quase todas as outras escolas da Inglaterra, entretanto, possuindo certa resistência do clero e dos médicos. Utilizava-se do esporte com objetivo educativo, dando grande valor ao *fair-play* (jogo limpo).
- Clíás: início de uma Educação Física sistemática inglesa voltada para o treinamento de tropas militares e dedicando-se a ginástica terapêutica.

Movimentos Europeus 1900 – 1939: em um primeiro momento, concordo com OLIVEIRA (1987) quando nos fala que antes de falar dos movimentos, é necessário que façamos menção ao renascer dos Jogos Olímpicos da era contemporânea em 1896, ocorrido em Atenas em homenagem aos Jogos Olímpicos da Antiguidade e idealizado pelo francês Pierre de Coubertin.

Tal menção se faz devido a entendermos que a Educação Física está diretamente ligada ao esporte “matéria prima dos Jogos Olímpicos”; dessa forma, não podemos deixar de mencionar aqui o nascimento de um considerável influente da Educação Física ao longo do tempo.

Após falar de tal fato, chegamos aos movimentos europeus que se dão no início do século XX e vão nortear a ginástica do período.

OLIVEIRA (1987) nos mostra que este período é marcado por três movimentos: o Movimento do Centro (Escola Alemã), Movimento do Norte (Escola Nórdica) e Movimento do Oeste (Escola Francesa), verificando-se, assim, a não presença de um movimento referente à Escola Inglesa, pois a mesma neste período não influenciou o surgimento de algum movimento.

Movimento do Centro (Escola Alemã): este movimento foi influenciado pela escola alemã e pode ser dividido em duas grandes manifestações, sendo a artístico-rítmico-pedagógica e a técnico-pedagógica.

A artístico-rítmico-pedagógica era também chamada de Tendência Musical desencadeando a “Ginástica Moderna” que no Brasil é conhecida como “ginástica feminina moderna”. Esta era marcada pela integração das artes no campo da Educação Física. Contribuiu para a formação da ginástica moderna, mudando assim a concepção dos exercícios físicos através da dança, teatro e a música.

- Jean Georges Noverre (1727 – 1810): “Suíço da área de dança, estimulou os movimentos naturais espontâneos que traduzissem autenticamente as emoções dos dançarinos, liberando-os dos modelos que lhes eram impostos pelos coreógrafos”. (OLIVEIRA, 1987, p. 11).
- Émile Jacques Dalcroze (1865 – 1950): Através de movimentos corporais tentava expressar o ritmo musical.
- Rudolf Bode (1881 – 1970): criador da “ginástica moderna”, seu principal pensamento é que “o corpo não é feito de partes independentes, mas é um todo orgânico, devendo o ser humano movimentar-se como um todo, o que dará naturalidade ao movimento”. (OLIVEIRA, 1987, p. 12).
- Hinrich Medau (1890 – 1974): foi o principal continuador da obra de Bode e deu grandes contribuições para a ginástica moderna, dentre elas: podemos destacar o seguinte: aparelhos naturais (bolas, maçãs, arcos...); preocupação com ordem postural e respiratória; “desenvolvimento dos princípios técnicos e/ou metodológicos relativos ao ritmo, reforçando a posição de que existe a mais importante de todos os meios para ensinar-se a arte do movimento”. (OLIVEIRA, 1987, p. 12).

A ginástica moderna tornou-se um esporte chamando-se “ginástica rítmica desportiva”.

Quanto à técnica-pedagógica, destaca-se o austríaco Carl Gaulhofer e Margarete Streicher com a busca de “introduzir uma ginástica natural e fundamentar cientificamente a Educação Física, integrando-a filosófica e definitivamente no papel pedagógico”. (OLIVEIRA, 1987, p. 12).

Era contra os seguintes princípios: estereotipação da ginástica de Spiess; os exercícios de caráter militar nas escolas; ênfase terapêutica da ginástica sueca (Ling); a ginástica de aparelhos de (Jahn) que tinha caráter exclusivamente

competitivo.

Adalbert Slama também colaborou com sua metodologia baseada em exercícios naturais ao ar livre.

Com Hitler assumindo o poder da Alemanha em 1933, o movimento é interrompido e a ginástica de Jahn de cunho patriótico-social é resgatada, perdurando até o final da segunda guerra mundial em 1945.

Movimento do Norte (Escola Nórdica): A formação da escola nórdica vem romper com a ginástica sueca tradicional e perpassava aspectos: técnico pedagógico; fisiológico e o eclético. Destaquemos as principais características de cada um, segundo OLIVEIRA (1987).

▪ **Técnico-pedagógico:**

- Elli Bjorksten (1870-1947): foi quem deu origem a ginástica feminina finlandesa e marcou o início da abordagem técnico pedagógica na escola nórdica. Destacava-se pela “ênfase na importância do ritmo e da música aplicados aos exercícios” (Oliveira,1987, p. 14).
- Niels Bukh (1880-1950): compartilhava da idéia que ia contra a artificialidade e a rigidez da ginástica sueca. Criou a chamada ginástica básica.
- Elin Falk (1872-1942): deu origem aos exercícios em forma de jogos ginásticos; desta forma a execução de exercícios de disciplina e corretivos foram menos estilizados.

▪ **Fisiológico:**

- Johannes Lindhard (1870-1947): concedeu a ginástica, utilizando-se de estudos fisiológicos e circulação sanguínea, cunho científico, significando a contribuição por parte da medicina, ao campo da ginástica sueca. Muito se deve as teorias de Lindhard no que diz respeito à exaltação da ginástica perante os currículos dinamarqueses.

- **Eclética:** buscou-se o significado dessa palavra no dicionário Aurélio, (FERREIRA, 2001). Diz respeito ao que escolhe varias fontes. Na verdade é bem isto que acontece na medida em que este aspecto do movimento do norte une o aspecto técnico-pedagógico com fisiológico (científico), sendo o ecletismo a principal característica de Josef Gottfrid Thulin (1875-1965), responsável pela criação da ginástica neo-sueca que rompia com a severidade do antigo método sueco. É responsável ainda pela criação de uma metodologia pela qual se dá o nome de “ginástica para todos”, mais adequada à Educação Física escolar, na qual seus princípios são os mesmos e balizam o que chamamos hoje de “esporte para todos”.

Movimento do Oeste (escola francesa): é muito semelhante ao movimento nórdico, na medida em que, segundo OLIVEIRA (1987), se norteia segundo em três orientações: a científica, integradora, técnico-pedagógica.

- **Científica:** as principais características estão significadas em seus representantes:
 - Etienne Jule Marey (1830 –1904): desligou a Educação Física escolar da ginástica amorosiana, instituindo novas diretrizes à mesma, fundamentando-se em jogos e exercícios.
 - Ferdinand Lagrange (1845 – 1909): aprofundou-se nos aspectos fisiológicos e higiênicos da ginástica.
 - Philippe Tissié (1852 – 1909): foi apelidado de “Ling francesa”, devido a este voltar-se às idéias de Ling na França.

A importância que os médicos tiveram pelo exercício físico tornou o mesmo um problema medico, e não pedagógico, repercutindo negativamente.

- **Integradora:** suas principais características se fazem perceber através de Georges Demeny.
 - Geoges Demeny (1850-1917): responsável pela origem da “ginástica aplicada”, na qual introduzia “exercícios que se confundiam com esportes, demonstrando alto senso pedagógico. A característica eclética de seu método levou-o a ser considerado o chefe da escola francesa da Educação Física”. (OLIVEIRA, 1987, p.15).

Opõem-se à ginástica de Ling por acreditar que a mesma era muito estática e

rígida.

Teve grande influência através de suas idéias pautadas na criação da doutrina da Escola de Joinville-le-Pont, na qual assumiu seu lugar no Brasil recebendo o nome de “método francês”.

Destacava-se em seu método a não exclusividade da ginástica, uma vez que valorizava-se a mesma forma e a prática esportiva.

- **Técnico-pedagógica:** pode ser descrita através das idéias de Georges Hébert.
- Georges Herbert (1875-1957): deu origem a “ginástica natural” pela qual a abordagem técnico- pedagógica do movimento do Oeste é simbolizada.

Paralelamente a criação da “ginástica natural” surge a doutrina da ginástica natural na Áustria.

Para OLIVEIRA (1987, p.16), estas mesmas tendências em doses distintas devem-se “sem dúvida ter-se influenciado pelo naturalismo pedagógico de Rousseau e pela obra Amoros e Demeny, prescreveu a prática de exercícios ao ar livre, baseado na observação da vida dos homens que viviam em estado primitivo. Estes podiam desenvolver-se de uma forma completa, pois não conheciam o sedentarismo imposto ao homem civilizado”. Sua filosofia estava em tornar possível a realização de todos os gestos ligados à espécie humana obtendo um perfeito desenvolvimento físico.

- A ginástica de Herbert: “contribuiu-se para introduzir a naturalidade nos exercícios praticados nas Forças Armadas, como também nas escolas, estendendo-se a sua aplicação a Educação Física feminina”. (OLIVEIRA,1987, p.17).

1.1.4. Cidadão Sadio (Educação Física Higienista):

A palavra higienista segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001), é relativa à especialista em higiene, que por sua vez possui os seguintes significados: Méd: ciência relativa à conservação da saúde; e limpeza, asseio.

Conservação da saúde; esta talvez seja a chave do movimento higienista através da formação de uma nova concepção que possuía em seu fim cuidar da população buscando a construção de novos hábitos.

Podemos perceber que até o séc XIX, ainda dentro do período do Império no Brasil, aparecem os primeiros documentos escritos, possuindo o enfoque principal voltado para os conceitos de higiene, tendo sido implantada através das instituições militares e sendo os exercícios calistênicos (exercícios onde se usam o próprio peso corporal), a forma utilizada para a prática de atividade física. (LEANDRO, 2002)

Poderíamos considerar as instituições militares e a classe médica, como pais da Educação Física, e como filha que é, carrega em suas atuações como disciplina as características das duas áreas anteriores influenciando no campo em que atua e em como é ministrada. Os militares, mais envolvidos com a ministração das aulas (onde verificamos que os primeiros profissionais formados de Educação Física saíam da escola de Educação Física do Exército) e os médicos mais dedicados a parte do seu estudo. (LEANDRO, 2002).

Devemos dar destaque, neste período, ao uso da Educação Física em prol das elites e a desconsideração à diversidade das pessoas na execução das atividades. O enfoque da Educação Física estava voltado para a formação e disciplina, (parte fundamental nos princípios de dominação). O modelo de cidadão desejado nesta época era o cidadão sadio e disciplinado. (BRASIL, 1997 a).

A Educação Física (que por sua vez era defendida por D. Pedro II), tinha como grande preocupação se tornar uma ferramenta de educação social e como comenta LEANDRO (2002, p.1), “A Educação Física deste período tem como principal preocupação a melhoria da saúde e da higiene da população, com marcante presença de doutrinas naturalistas, nacionalistas e militares[...] surge como um sinônimo da saúde física e mental, é eleita a promotora da saúde, regeneradora da raça, das virtudes e da moral”. Tendo também como fonte de pesquisa o PCN de Educação Física (BRASIL, 1997a, p.19), percebemos que a mesma “[...] favorecia a educação do corpo, tendo como meta a constituição de um físico saudável e equilibrado organicamente, menos suscetível as doenças”. Nota-se, neste período, que a Educação Física no Brasil é implantada, não exclusivamente por ser benéfica para a saúde da população, mas pelos fins que uma população saudável poderia vir a propiciar as questões políticas da nação.

A higiene e a educação eram vistas como aquelas áreas capazes de salvar a

nação colocando-a no caminho do progresso. A falta de saúde e de cultura da população eram tidas como as responsáveis pelo atraso.

Uma nação saudável poderia vir a melhor defender a pátria e ser mais produtiva, retirando assim o atraso existente com relação a outros países, principalmente os da Europa.

Em 1860 é introduzido no Brasil o modelo de Ginástica Alemã na escola militar. Utilizava a ginástica aérea de aparelhos, barra fixa, a barra paralela, o trapézio e as argolas. “Isto ocorre particularmente a partir de Friederich Ludwing Jahn que entendia que a prática da ginástica deveria ter características militares com o objetivo de manter o povo forte e saudável, afirmando espírito cívico e patriótico”. (LEANDRO, 2002, p.1)

A presença dos exercícios ginásticos nas instituições escolares era justificada utilizando-se do discurso dos médicos. “As aulas eram realizadas em seis dias da semana por 1 hora”. (LEANDRO, 2002, p.1) Em termos fisiológicos essa regularidade era muito mais satisfatória aos benefícios da saúde do que os dois tempos de aulas semanais que geralmente são aplicados uma vez na semana. Em termos de saúde, a prática de exercícios diariamente era bem mais eficaz do que os princípios do Colégio Americano de Medicina do Esporte (American College of Sports Medicine, 2007) que orienta atualmente a prática de atividade física durante três vezes na semana por no mínimo 20 min. (nível intenso) e cinco dias na semana durante 30 min. (nível moderado).

O pensamento burguês no qual já falamos anteriormente, quando mencionamos a revolução francesa, estava presente nos ideais higiênistas, pois os mesmos acreditavam que a falta de saúde e educação eram os grandes motivos de atraso da nação. (GUIRALDELLI JR, 2003; SOARES, 2001)

A burguesia que até então, buscava uma forma de retirar sua responsabilidade clara sobre a continuação das desigualdades entre as pessoas e na busca da reafirmação da democracia capitalista, procurava um “bode expiatório” culpando a ignorância da população como responsável pelo fato de condições desiguais. (SAVIANI, 1985)

É neste ponto que vamos verificar uma completa compatibilidade de idéias e “entrelaçamento” de anseios entre a burguesia e o movimento higienista, sendo o ultimo um grande servidor do primeiro.

Por isso podemos dar o crédito à tendência higienista como início da

Educação Física moderna, na medida em que a mesma se encaixa perfeitamente no modelo pedagógico tradicional vigente criado pelos burgueses.

A concepção de cidadão buscada nesta tendência era do cidadão sadio na qual como GUIRALDELLI JR (2003, p.17) nos fala, buscava-se: “homens e mulheres sadios, fortes, dispostos a ação”. Este objetivo tinha o seu porque de existir, primeiramente devido a revolução industrial necessitar de uma mão de obra que viesse a produzir o melhor que pudesse, e assim o indivíduo forte, saudável, longe de uma vida com hábitos irrefletidos, imprudentes, (onde o indivíduo fumava, bebia, estava cheio de doenças), capaz de prejudicar sua saúde e sua moral, viria a ser também um bom empregado. Segundo porque esta mesma revolução industrial gerava grande quantidade de gente (povo) em condições precárias de vida e saúde nas grandes cidades, o que muito incomodava a elite, onde seria o início das nossas periferias de hoje. (SOARES, 2001)

Os interesses da industrialização se contrapõem aos interesses das reivindicações dos operários. Ao mesmo tempo em que vivemos um período de crescimento, progresso e modernidade vivemos um período de degradação social. (MARCASSA, 2000)

As cidades locais onde havia maior perspectiva de trabalho apresentavam o crescimento de um grande contingente de pessoas e com esta aglomeração, as cidades sofriam com a falta das necessidades mais básicas possuindo ruas altamente sujas e péssimas condições sanitárias. (MARCASSA, 2000)

Sendo assim, a concepção de educar os indivíduos através do ensino de bons hábitos não parecia ser nada mais do que atender aos interesses do estado da época.

Neste período um pensamento burguês possui grande força. A escola é vista como salvadora da ordem da moral e dos bons costumes, detentora do poder de moralizar e higienizar a população (SOARES, 2001), promovendo um otimismo a cerca da educação trabalhada neste momento com a pedagogia tradicional surgida após a revolução francesa, buscando-se transformar a sociedade (SAVIANI, 1985). A educação da população se daria pela educação do físico, que teria essência profilática e terapêutica (LEANDRO, 2002).

É neste movimento no século XX que a Educação Física, carregada dos ideais higiênicos e eugênicos vindos da Europa, passa a ser vista como útil para esta nova escola brasileira que se forma utilizando-a como ferramenta de educação

do corpo em busca do desenvolvimento da sociedade (MARCASSA, 2000). Vale a pena destacar, que apesar deste movimento ter início no século XIX, o mesmo tem seu período de maior força no século XX (LEANDRO, 2002).

MARCASSA (2000) nos revela bem este movimento no fragmento abaixo:

Como não poderia deixar de ser, o debate sobre a escolarização da Educação Física adere às políticas estatais, emergindo como poderoso instrumento de progresso. Como colaboradora e disciplinadora da vontade, da moral, da saúde e da higiene, a Educação Física se justificaria no interior da escola ao mesmo tempo em que assumia com a Educação o estatuto de solução para os problemas nacionais. (MARCASSA, 2000, p. 4).

A Educação Física seria vista quase que como um remédio, capaz de curar a sociedade atendendo as necessidades da vida moderna e transformando o homem para melhor servir a este modelo fabril.

As condições de vida e de trabalho geradas pela exploração e essência capitalista que denegriam a população brasileira eram denunciadas pelos médicos. Esse entendimento ganha sua maior força na década de 1920 e se configurava em oposição às práticas da época, sendo assim foram elaboradas propostas higiênicas para a população a serem aplicadas nas fábricas, escolas e lugares públicos, tendo a execução da ginástica como uma das medidas (LEANDRO, 2002). Talvez tais questões fossem um dos incentivos às conquistas dos trabalhadores no período a seguir, a 'Era Vargas'.

Podemos perceber que as ideologias paralelas entre a educação e a Educação Física neste momento são questões importantíssimas e facilitadoras no processo de introdução da Educação Física no meio escolar. Isto se dá, porque no mesmo período, a escola e a Educação Física possuíam as mesmas idéias no que diz respeito à transformação da sociedade, uma sociedade instruída regenerada, higienizada, branqueada, composta por cidadãos sadios e dispostos à ação. Esta compatibilidade de pensamentos é que facilitou a aceitação da Educação Física na escola.

As políticas higienistas, que inclusive buscavam trazer novamente a mulher para o lar resgatando a imagem de mãe, dona da casa, eram a via de se consertar o que o próprio modelo de industrialização desmontou. (SOARES, 2001).

Verificando a desintegração social, colocou-se na mulher a responsabilidade da ordem social. Os problemas pertencentes à família não seriam culpa das políticas do estado, sendo a democracia capitalista, defendida pelo mesmo. Era a mulher a responsável por bem educar seus filhos e cuidar do seu marido, sendo a base

familiar. Estes interesses e concepções vão trazer os pensamentos higienistas e os métodos ginásticos europeus da época, sobretudo pelo grande enfoque na figura da mulher, considerando-a como “mãe” da nação. Dessa forma esta mãe deveria ter atenção especial do movimento higienista, pois ela poderia contribuir em grande proporção na educação do povo e na melhoria social. Uma mulher forte e saudável formaria uma nação forte e saudável (SOARES, 2001).

Havia outro ponto nos anseios do higienismo. Além da busca pela saúde individual e a formação de uma “assepsia-social”, o pensamento eugênico pautava-se também em outro princípio. De forma histórica, sempre ficou claro que para os Europeus, “centro do mundo”, detentores da cultura ocidental dominante e por consequência do poder, tudo aquilo que estava fora da cultura européia, o que não fazia parte deste continente poderoso e de seu conhecimento era considerado barbárie. (SCHWARCZ, 1996).

O europeu que chegou aqui, muito antes do séc. XIX, não entendia e se escandalizava com a nudez, a poligamia e, principalmente, com o canibalismo do índio. Por vezes os índios, os negros (principalmente este), às vezes a mistura dos dois, eram vistos e associados aos diabos (SCHWARCZ, 1996). Outra idéia que sempre foi passada pelo europeu é de que o negro e o índio eram preguiçosos.

A visão que se tinha à época sobre a raça branca era, segundo SCHWARCZ (1996), a de soberania, soberba e um sentimento de superioridade existente na população européia (branca), No texto *“As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: O contexto brasileiro”* percebemos esta ideia através do fragmento a seguir:

Temos um mapa muito original, na medida em que não corresponde exatamente às representações atuais. Aqui estão destacadas a Europa, a África e a América. Observem, porém, que enquanto o continente europeu aparece retratado a partir de várias cidades, com cavaleiros bem vestidos, damas e senhores de braços dados, bem comportados; na África o que mais se vê são animais de grande porte com alguns homens (todos segurando tambores e batutas), e na América uma grande luta entre indígenas. (SCHWARCZ, 1996, p.151).

Dentro deste pensamento eugênico desenvolvido ao longo do tempo, a Educação Física possuía um papel selecionador. Assim como o princípio de Darwin, perante a seleção natural, ela auxiliava na promoção dos fortes e exclusão dos fracos, na busca de uma raça brasileira forte e saudável, daí a necessidade do branqueamento da raça brasileira, na medida em que os brancos eram ditos “superiores” aos negros, o que facilitaria o processo de crescimento da nação.

É nesta tendência e período que a Educação Física, ainda com o nome de

ginástica, passa a ser disciplina obrigatória nas escolas. Entretanto, sua aceitação nas mesmas teve grande resistência, principalmente na questão que envolve a prática da atividade pelas meninas. (LEANDRO, 2002).

Isso se devia as famílias não admitirem que seus filhos exercessem na escola atividades que não fossem intelectuais. Porém para os meninos era mais bem aceita, na medida em que a prática das ginásticas estaria preparando os mesmos para o exército, já quanto às meninas, eram proibidas por suas famílias de praticarem as atividades. A forte ligação entre a prática de atividades físicas e o trabalho escravo, eram os motivos que norteavam tal fato (BRASIL, 1997a).

1.2. Segunda Tendência. EDUCAÇÃO FÍSICA MILITARISTA:

1.2.1. Momento histórico-político da época:

A tendência Militarista descrita por GUIRALDELLI JR (2003) ocorre durante o período de 1930 a 1945, coincidentemente, foi também este momento o da ocorrência de um fato marcante para a história brasileira: a Era Vargas.

Após a crise mundial de 1929, o café (maior produto brasileiro e único a ser exportado) sofre uma forte queda de preço, gerando uma das maiores crises pela qual o país já passou. (MAIA, 1999).

Este momento de crise deu força à oposição, que unida, gerou a Aliança Liberal buscando vencer os paulistas tendo como candidato o gaúcho Getúlio Vargas e João Pessoa como seu vice. Entretanto, a vitória ficou com o candidato do governo paulista Júlio Prestes, o qual nunca veio a assumir o poder, na medida em que em 26 de junho de 1930 João Pessoa foi assassinado por um inimigo político regional gerando o pretexto necessário da oposição para tomar o poder na medida em que culpavam o governo de Washington Luis pelo fato acontecido. Sendo assim, tropas vindas do Sul cercaram Washington Luis forçando-o a deixar o governo em 24 de outubro de 1930. (MAIA, 1999).

Em outubro de 1930 o controle do país é assumido por uma junta militar na qual entrega o governo a Getúlio Vargas, dando início a República Nova. Este período onde os militares tomam o poder é justamente o período onde se inicia a tendência militarista da Educação Física. (MAIA, 1999).

De acordo com MAIA (1999), podemos dividir o governo de Vargas em três

fases políticas: Governo Provisório (1930 – 1934), Governo Constitucional Indireto (1934 – 1937), Estado Novo (1937 – 1945). (MAIA, 1999).

O governo provisório se dá na medida em que Vargas assume o poder provisoriamente apoiado pelos militares. Durante este governo podemos destacar como principais ações, o fechamento do Congresso Nacional; nova política para o café, a iniciar-se pela queda da oligarquia cafeeira; a revolução constitucional de 1932 que foi um movimento das oligarquias cafeeiras contra o governo Vargas, onde através da união os partidos paulistas PRP e PD com o apoio da classe média, buscavam novas eleições, já que os paulistas acreditavam que desta forma poderiam retornar o poder. Entretanto, Vargas acaba com a revolução através de envio para São Paulo de tropas mineiras, gaúchas e do Distrito Federal; e, por fim, mas não menos importante, a promulgação da constituição de 1934, um desejo de vários estados, alimentado pela ideia da junção de distintos interesses, em que se privilegiavam os trabalhadores e os ricos. Podemos destacar nesse período as seguintes medidas: implantação do salário mínimo; proibição do trabalho a menores de 14 anos; férias remuneradas anuais; a conquista das mulheres ao direito ao voto; e a instituição da justiça do trabalho. (MAIA, 1999).

Quanto ao Governo Constitucional indireto, com a finalização da criação da constituição de 1934, defendia a ideia que haveria novas eleições apenas em 1938, sendo Vargas eleito pelo congresso à presidência da nação até a referida data. Este segundo mandato ficou marcado pela “Intentona Comunista”. (MAIA, 1999).

O segundo mandato de Vargas apresentou opositores tanto por parte da direita, como pela esquerda, possuindo a última uma maior contraposição ao governo. (MAIA, 1999).

A direita era formada pela AIB (Ação Integralista Brasileira) em que os liderados por Plínio Salgado eram tendenciosamente voltados para o Nazi-fascismo (característica esta também presente em Vargas e que se coloca de forma paralela ao pensamento eugenista existente na Educação Física do momento e a formação do cidadão soldado), e voltava-se também para a defesa da propriedade privada e o combate ao comunismo e à outros opositores, como os sindicatos. (MAIA, 1999).

A esquerda era formada pela ANL (Aliança Nacional Libertadora), composta por intelectuais brasileiros e tendo Luis Carlos Prestes como líder, sendo defensores de um governo popular, da realização da reforma agrária, da nacionalização das empresas estrangeiras e o não pagamento da dívida externa. (MAIA, 1999).

Com o crescimento da ANL, Luis Carlos Prestes, defendeu a derrubada do governo Vargas. Diante de tal fato o Congresso Nacional promulgou a lei de Segurança Nacional, utilizada por Vargas para o fechamento da ANL. (MAIA, 1999).

Com o fechamento da ANL os revolucionários buscaram desorganizadamente tomar os quartéis, objetivando o combate armado contra Vargas, movimento este conhecido como “Intentona Comunista” ocorrido em vários locais do país, mas rapidamente desmantelado pelo governo, chegando ao fracasso. (MAIA, 1999).

Luiz Carlos Prestes foi preso em 1936 e Getúlio Vargas possuiu grande benefício com a “Intentona Comunista”, à medida que aproveitou a Lei de Segurança Nacional que dava ao presidente amplos poderes. (MAIA, 1999).

Aproveitando-se do clima, em 1937, Vargas elaborou um golpe junto a integrantes do governo. Surgiu um falso documento, atribuído aos comunistas, simulando uma tomada do poder e o assassinato de suas principais lideranças, tendo seu nome divulgado como “Plano Cohen”. (MAIA, 1999).

Dessa forma, para livrar o país do perigo comunista, Vargas fecha o Congresso e coloca em vigor uma nova Constituição, dando origem ao Estado Novo que manteve Vargas no poder. (MAIA, 1999).

No Estado Novo, com a formação da nova Constituição, o presidente passava a ter o controle de tudo, até mesmo dos governos estaduais. Assim, Vargas toma algumas medidas, como controle dos sindicatos; criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda que funcionava na censura dos meios de comunicação e propaganda do governo), e da DASP (Departamento de Administração do Servidor Público responsável por controlar o serviço público), e o afastamento e posterior extermínio da AIB, prisão de seus líderes, demonstrando a total vontade de governar de forma solitária. (MAIA, 1999).

Vale destacar que foi neste período que Getúlio promulga a CLT, ponto de partida a diversas outras leis, como férias e finais de semana remuneradas; salário mínimo obrigatório; carteira de trabalho obrigatório; estabilidade no emprego; indenização por dispensa sem justa causa; jornada diária de trabalho de 8 horas; regulamentação do trabalho feminino e do menor de idade. Vargas ficou conhecido como “mãe dos ricos e pai dos pobres”. (MAIA, 1999).

Durante o Estado Novo viveu-se o período da Segunda Guerra Mundial. Getúlio apresentava boas relações com os países do eixo (Alemanha, Itália, Japão) apropriando-se, inclusive, de algumas características nazi-facistas, e, inicialmente,

participando da perseguição aos judeus (aprisionados e os enviando para Alemanha para os campos de concentração). Entretanto, havia uma forte pressão estadunidense e internamente no Brasil para que o mesmo declarasse guerra ao Eixo, culminando com o afundamento dos navios brasileiros por submarinos alemães (há controvérsias), originando a entrada do Brasil, em 1942, na guerra e criando-se a FEB (Força Expedicionária Brasileira), que junto aos Aliados lutaram contra as forças do Eixo. (MAIA, 1999).

A vitória dos Aliados, em 1945, gerou uma completa reviravolta no Brasil e no mundo formando-se um intenso movimento democrático que acabou por promover uma tensão com a ditadura exercida por Getúlio Vargas. Para preservar sua imagem, Vargas resolve ceder às pressões concedendo anistia ampla, libertando os comunistas e os presos políticos, sendo permitida a volta do exilados ao país. Além disso, aprovou as eleições diretas em todo país convocando novas eleições; permitindo a formação de partidos políticos como a UDN (União Democrática Nacional), o PSB (Partido Social Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSP (Partido Social Progressista) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro). (MAIA, 1999).

No período eleitoral surge um movimento chamado Queremismo que dizia “Queremos Getúlio”, porém os militares concluíram que o mesmo era uma nova forma de Getúlio tentar se manter no poder, e diante deste clima os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra depuseram Vargas do poder entregando a presidência de forma provisória a José Linhares que presidia o Supremo Tribunal Federal. (MAIA, 1999).

1.2.2. Tendência pedagógica da época: *Pedagogia Nova*.

Em finais do século XIX começam a surgir críticas a pedagogia tradicional. Estas críticas se iniciam na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos e só ganharam força nos países da América Latina, chegando ao Brasil no século seguinte.

A Pedagogia Nova criticava a incapacidade que teve a Pedagogia Tradicional de equalização social e de minimizar o problema da marginalidade, ideais defendidos por esta nova tendência.

Dessa forma, como menciona SAVIANI (1985, p.11), “Se a escola não vinha

cumprindo essa função, tal fato se devia a que o tipo de escola implantada --- a escola tradicional --- se revelava inadequado. Toma corpo, então, um amplo movimento de reforma cuja expressão mais típica ficou conhecida sob o nome de ‘escolanovismo’”.

O movimento chamado Escola Nova sobressai na década de 1920, entretanto, só ganha destaque na década de 1930, após a divulgação do Manifesto da Escola Nova (1932) no qual se defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita.

Para pedagogia tradicional a ignorância era responsável pela marginalidade, já na Escola Nova, a marginalidade deixava de ser a ignorância, mas representava os que eram rejeitados, aqueles que se encontram fora dos padrões da normalidade. Verifica-se que os homens são diferentes e que ser diferente é normal, e, desta forma, a educação teria sua funcionabilidade na correção da marginalidade fazendo que o indivíduo e a sociedade se adaptassem um ao outro, promovendo no indivíduo um sentimento de aceitação pela sociedade se tornando uma pessoa integrada à mesma.

Nesta pedagogia o ensino deveria valorizar a auto-educação, a busca pela descoberta, como afirma SAVIANI (1985), pautava-se no “Aprender a aprender”.

Nesta perspectiva os alunos exercem sua individualidade através da formação de grupos por áreas de interesse e os professores devem ser estimuladores e orientadores do processo de ensino sendo os alunos responsáveis pelo principal no processo de aprendizagem, o interesse em aprender. Entretanto, deve-se proporcionar um ambiente estimulante ao aprendizado centrando-se o ensino no aluno.

Contudo, tal proposta proporcionava um gasto muito elevado e limitava-se às escolas experimentais que atendiam a pequenos grupos da elite, aprimorando-se assim a qualidade do ensino as elites, entretanto, rebaixando o nível do ensino das camadas populares, agravando-se a marginalidade ao invés de resolver.

Para SAVIANI (1985):

Cumprir assinalar que tais conseqüências foram mais negativas que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito freqüentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. Em contrapartida, a “Escola Nova” aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites. (SAVIANI, 1985, p. 14).

Apesar dos anseios da Escola Nova e de suas críticas a Escola Tradicional, reforçava-se a ideia de que “é melhor uma escola boa para poucos do que uma escola deficiente para muitos”. (SAVIANI, 1985, p.15).

1.2.3. Período de 1939: As linhas européias:

Em 1939 ocorre o aparecimento das influências recíprocas e a universalização dos conceitos que perpassam o ideário do campo da educação física. Durante este período as escolas passam a sofrer influências uma das outras, entretanto continuamos com quatro vertentes descendentes das escolas européias, mencionadas por OLIVEIRA (1987): as linhas inglesa, alemã, nórdica e francesa.

- Inglesa (esporte escolar): Através da linha inglesa os esportes passam a integrar os currículos escolares. Verificamos a expansão por todo o mundo dos esportes de competição e com especial contribuição pelo renascimento dos Jogos Olímpicos.
- Alemã (ginástica natural): Após a queda de Hitler em 1945 a ginástica natural ganha nova força confrontando-se com a ginástica de Jahn, ocorrendo, assim, a evolução da ginástica moderna.
- Nórdica (esporte para todos/social): Através das influências da ginástica moderna, ginástica olímpica e ginástica natural austríaca proporcionou-se modificações na ginástica neo-sueca, criando-se o movimento de “esporte para todos”, “[...] representativo do elevado espírito democrático que caracterizava as iniciativas culturais dos países escandinavos”. (OLIVEIRA, 1987, p.18).
- Francesa (Educação Física Generalizada lúdico-natural): Originou-se no decorrer da II Guerra Mundial o Instituto Nacional de Esportes apresentando um projeto de Doutrina de Educação Desportiva no ano de 1945; formando a conhecida “Educação Física Desportiva generalizada” a qual fundamentava-se nos trabalhos coletivos e lúdicos

possuindo muito valor e sendo de relevante utilização para os professores de Educação Física brasileiros atuantes na área escolar.

Destacamos sobre o olhar de OLIVEIRA (1987), como uma das principais contribuições desta linha já na década de 1960 o aprofundamento dos estudos nas áreas de Psicomotricidade dando-se destaque em termos de influência na fase pré-escolar.

Dessa forma, verificamos que no Brasil esta escola francesa norteava os fazeres do campo, em que de destacava a “Educação Física desportiva generalizada” (1945) e, posteriormente, a Psicomotricidade (1966).

A partir de 1980 não existe um método definido, mas não podemos negar as influências passadas.

1.2.4. Cidadão Soldado: Educação Física Militarista:

No início da década de 1930, havia também uma significativa influência escolanovista, na qual se buscava o desenvolvimento integral do ser humano; contudo um ambiente nazifacista que permeava os últimos anos que antecederiam a segunda guerra, e até durante a mesma, essa corrente influenciou diretamente o comportamento da Educação Física brasileira em suas práticas e ideologias (GUIRALDELLI JR, 2003), fazendo neste momento com que a Educação Física caminhasse em direção oposta aos princípios da Escola Nova.

A Escola Nova buscava a integração do indivíduo na sociedade e reconhecia que as pessoas são diferentes e assim procurava acabar com o sentimento de rejeição pelo indivíduo. Nesse sentido, se opunha aos princípios de uma nova Educação Física que surgia, a Educação Física Militarista. Esta tinha como principal objetivo a formação do cidadão soldado onde os princípios eugênicos baseados no aperfeiçoamento e seleção da raça sustentavam-se fortemente.

Este sentimento histórico internacional, que existia paralelamente a um governo estadista e ditador (a era Vargas), acabou gerando na Educação Física brasileira um espírito nacionalista. De acordo com GUIRALDELLI JR (2003), a Educação Física na Tendência Militarista deveria estar voltada para:

[...] a obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate, a luta, a guerra. Para tal concepção, a Educação Física deve ser suficientemente rígida para 'elevantar a Nação' à condição de 'servidora e defensora da Pátria'. (GUIRALDELLI JR, 2003,

p.18).

O corpo do cidadão deveria ser trabalhador na busca da formação de um homem obediente e adestrado, tendo o militarismo papel importantíssimo nesse processo, tanto no que diz respeito aos professores, quanto às técnicas e idéias aplicadas nas aulas. Destaca-se neste momento o conhecido método francês (Método do Exército Francês), decretado em 1921, mas que entra em vigência como disciplina obrigatória no ano de 1931, período da Educação Física Militarista.

A importância e a influência dos militares era tanta que vale ressaltar a fala de GUIRALDELLI JR (2003) descrevendo que:

Em 1933 foi fundada a Escola de Educação Física do Exército, que praticamente funcionou como pólo aglutinador e coordenador do pensamento sobre a Educação Física brasileira durante as duas décadas seguintes.(GUIRALDELLI JR, 2003, p.18).

Com o Estado Novo implantado em 1937, o exército veio a assumir o setor da Educação Física “[...] para que o povo brasileiro tivesse maior vigor físico pronto para defender o país”. (LEANDRO, 2002, p.3)

Com relação à questão do adestramento de 1937, O Parâmetro Curricular Nacional de Educação Física (BRASIL, 1997a) traz a seguinte reflexão:

[...] é que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, incluído-a no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras. Também havia um artigo naquela Constituição que citava o adestramento físico como maneira de preparar a juventude para a defesa da nação e para o cumprimento dos deveres com a economia. (BRASIL, 1997a, p.21).

Outra característica que merece destaque é a da “seleção natural”. Desta forma a eliminação dos incapazes fisicamente “auxiliava” no processo de seleção das elites e na distribuição dos indivíduos nas atividades sociais e profissionais nas suas respectivas “capacidades”. (GUIRALDELLI JR, 2003)

A questão da visão da saúde na Tendência Militarista também deve ser mencionada. Deixava-se de compreender apenas a questão de assepsia, ausência de doenças e melhorias das condições de vida da população na Tendência Higienista, para se tornar a saúde uma questão nacional: saúde da pátria. Impõe-se o respeito no âmbito internacional pela força que se conquista com a saúde do povo. Esse era o pensamento à época, ou seja, o desenvolvimento da saúde através da atividade física e de práticas saudáveis e higiênicas de vida. Sendo assim, além de “fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade produtiva, desenvolvia o espírito de cooperação em benefício da coletividade” (BRASIL, 1997a, p.21),

considerando a formação de um cidadão pronto para a guerra, apto a defender sua pátria através dos seus corpos robustos e viris.

LEANDRO (2002) discorre em seu trabalho que neste período era numerosa a quantidade de indivíduos jovens que por incapacidade física eram dispensados do serviço militar. Nesse sentido, os militares exerceram um forte investimento na política esportiva, acreditando que tal atitude promovia uma considerável melhoria da saúde do povo.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial a Tendência da Educação Física Militarista não se sustentou, já que permeava pelo mundo anseios de democracia e reconstrução da paz mundial, perdendo-se espaço e chegando assim ao início de uma nova Tendência, a Pedagogicista. Entretanto, como comenta GUIRALDELLI JR (2003):

Isto não significa, de maneira alguma, que a prática de Educação Física, após a derrota do nazifascismo, tenha-se livrado dos parâmetros impostos pela Educação Física Militarista. De fato, ainda hoje, em qualquer aula de Educação Física deste país, é possível encontrar resquícios dos princípios norteadores da prática ginástica e desportiva fascista. (GUIRALDELLI JR, 2003, p.27).

1.3. Terceira Tendência: EDUCAÇÃO FÍSICA PEDAGOGICISTA

1.3.1. Momento histórico-político da época:

A tendência pedagógica descrita por GUIRALDELLI JR (2003) ocorre durante o período de 1945 a 1964, momento que coincide também com a República Liberal Populista, como observa MAIA (1999).

Após a queda de Vargas foram convocadas novas eleições a serem realizadas em 1945. Em 31 de janeiro de 1946 toma posse da presidência Eurico Gaspar Dutra. Formou-se um novo Congresso Nacional, com os deputados federais e senadores eleitos e elaborou-se uma nova constituição, promulgada em setembro de 1946, em que eram determinadas eleições diretas e secretas; mandato presidencial de 5 anos e o retorno do cargo de vice-presidente; autonomia dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); liberdade de expressão partidária e sindical; e direito de greve. Desta forma iniciou-se um período conhecido como Segunda República. (MAIA, 1999).

- Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951): Foi com o governo de Eurico Gaspar Dutra que se deu o início da República Liberal Populista. Em seu governo foi

criada, como já dito, a nova constituição de 1946, que apesar do seu cunho democrático não tratou de questões importantes como a reforma agrária. (MAIA, 1999).

Dutra assumiu o país após a Segunda Guerra, onde se iniciou o período da guerra fria, em que o mundo se dividiu em comunistas liderados pela extinta União Soviética, e capitalistas liderados pelos Estados Unidos, sendo assim o Brasil deveria tomar uma posição e, desta forma, Dutra alinhou os interesses do país aos ideais estadunidenses. (MAIA, 1999).

- O Governo de Getúlio Vargas, (1951 – 1954): O quarto mandato de Getúlio Vargas foi o único em que o mesmo tomou posse de forma democrática. Eleito pelo povo em voto secreto no ano de 1950, assumiu o poder em 31 de janeiro de 1951. (MAIA, 1999).

Com a volta de Getúlio ao poder, tem-se, mais uma vez, o espírito nacionalista e, novamente, buscou-se investir na formação da indústria de base, assim criou-se em 1953 a Petrobrás, que teve por base a campanha nacional com o lema “O petróleo é nosso”. (MAIA, 1999).

Através da política nacionalista de Vargas novamente foram impostas restrições às importações e ao envio de lucros financeiros para o exterior, sofrendo o governo desta forma rejeição dos empresários estrangeiros e nacionais e por parte dos militares, assim, como meio de pressão, passou-se a acusar Vargas de se aliar aos comunistas e de participar de corrupção. (MAIA, 1999).

A ‘gota d’água’ da pressão foi no atentado contra Carlos Lacerda, onde o seu segurança particular o major Rubens Florentino Vaz veio a falecer. Lacerda passou a acusar Getúlio pelo atentado e tal fato, juntamente aos manifestos de alguns oficiais da aeronáutica e vários generais do exército pedindo a renúncia de Vargas, tornaram a permanência na presidência insustentável. Na madrugada de 24 de agosto de 1954 Vargas suicidou-se com um tiro no peito deixando uma carta de despedida com cunho altamente nacionalista e popular tendo como frase marcante: “saio da vida para entrar na história”. (MAIA, 1999).

Após a morte de Vargas o Brasil viveu certa crise política, pois alguns políticos tentaram evitar a posse de Juscelino Kubitschek (JK) entre eles Carlos Luz, presidente temporariamente, sendo deposto em 48 horas, pois se verificou suas intenções na não entrega do poder a JK. Em janeiro de 1956 o poder foi entregue a JK. (MAIA, 1999).

- O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1960): O Governo JK foi marcado pela estabilidade política, pois seu mandato possuía certa habilidade junto aos grupos oposicionistas, firmando também aliança com os militares, apesar de sofrer vários golpes, como Jacareacanga em 1956 e Aragarças em 1959. (MAIA, 1999).

Ao seu programa econômico deve-se dar destaque ao chamado de Plano de Metas que consistia em atender 31 metas que deveriam ser cumpridas em 5 anos; o famoso “50 anos de desenvolvimento em 5”. (MAIA, 1999).

O desenvolvimento industrial (tendo por base: transporte, energia, educação, alimentação e industrialização), se deu com a aquisição de recursos externos vindos em forma de investimento ou de empréstimo e as emissões de moeda gerando o aumento da dívida externa e do déficit público e, conseqüentemente, um processo inflamatório. (MAIA, 1999).

Outro destaque em seu governo foi a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para uma região mais central, contando com os arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Assim, deu-se origem a Brasília, atual capital do Brasil inaugurada em 21 de abril de 1960, localizada no centro de Goiás. (MAIA, 1999).

- O Governo de Jânio Quadros (1961): Pertencente a oposição de JK, recebeu apoio da população devido ao seu “*slogan*” de governo que possuía a vassoura como símbolo, argumentando que iria “varrer a corrupção do país”. (MAIA, 1999).

Ao assumir, o presidente encontrou um país cheio de dívidas deixadas pelo governo JK; dessa forma, buscou realizar uma política antiinflacionária apoiada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), o que não agradava nem aos operários (devido ao congelamento dos salários), nem aos empresários (devido a restrição do crédito de produção). (MAIA, 1999).

A aproximação com a União Soviética e o apoio a Cuba junto à intervenção dos Estados Unidos a este país, desagradou aos políticos mais conservadores e foi vista com desconfiança pelos políticos mais progressistas. (MAIA, 1999).

Sem apoio político, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia a presidência, antes mesmo de completar 1 ano de mandato, assumindo após retorno de viagem diplomática, o seu vice João Goulart (Jango). (MAIA, 1999).

- O Governo de João Goulart (1961 – 1964): Após a renúncia de Jânio, João Goulart deveria assumir o poder, entretanto, como estava fazendo uma viagem diplomática à China, a presidência ficou entregue de forma temporária ao presidente

da câmara, Ranier Mazzili. Aproveitando-se do momento conturbado, o país passou a viver uma crise sucessória, pois a oposição conservadora tentou aproveitar-se do momento para impedir a posse de Jango, acusando-o de pactuar com os comunistas. (MAIA, 1999).

O impasse veio com a aprovação da emenda parlamentarista pelo Congresso Nacional, em que a presidência nacional a entregue João Goulart, entretanto, dentro do regime parlamentarista os poderes do presidente eram diminuídos e o legislativo possuiria maiores poderes para controlar o executivo. (MAIA, 1999).

O Governo de João Goulart foi marcado pela tentativa de aproximação popular, junto aos movimentos populares que cresciam na época como a UNE (União Nacional dos Estudantes), os movimentos sindicais, CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), a organização dos trabalhadores rurais como CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), a FETAPE (Federação dos Trabalhadores de Pernambuco) e as Ligas Camponesas do Nordeste lideradas pelo advogado Francisco Julião que lutava pela reforma agrária. (MAIA, 1999).

Dessa forma, em 1963, com o apoio das classes populares, João Goulart passou a ter plenos poderes. Através de um plebiscito nacional foi escolhido o retorno do regime presidencialista. (MAIA, 1999).

A forte ligação de Jango às classes populares assustou os conservadores tendo como principais líderes do movimento de oposição os militares, além de políticos como Carlos Lacerda e o proprietário do jornal O Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho. (MAIA, 1999).

A oposição ficou pior quando Jango tentou aprovar o plano trienal buscando conter a inflação e recuperar a economia (barrado pelo congresso), além do anúncio das reformas de base, que possuíam as seguintes medidas que afetavam os interesses da elite: desapropriação dos latifúndios improdutivos para fins de reforma agrária; nacionalização progressiva das indústrias e dos bancos; controle sobre remessa de lucro para o exterior e sobre a entrada do capital estrangeiro no país; reforma tributária, com o objetivo de redistribuir proporcionalmente os tributos; elevação de 100% sobre o salário mínimo. (MAIA, 1999).

Em 20 dias após anunciar em um comício o projeto de reformas estruturais para pressionar o congresso a aprovar as reformas de base, Jango foi deposto. (MAIA, 1999).

A oposição passou a ligar Jango aos comunistas, pois o mesmo havia reatado

relações com a União Soviética, rompidas em 1947. Outras agitações antecommunistas passaram a existir fortalecendo os militares contrários ao governo e assim, no dia 30 de março de 1964 o general Mourão Filho determinou o deslocamento de suas tropas de Minas Gerais para o estado da Guanabara e no dia 1º de abril de 1964 consumia-se o Golpe Militar. (MAIA, 1999).

1.3.2. Tendência pedagógica da época: *Pedagogia Nova e Tecnicista.*

Este período inicia-se ainda com a Pedagogia Nova. Contudo, em meados do séc. XX começam a surgir críticas ao modelo escolanovista. A questão da marginalidade do indivíduo na Pedagogia Tradicional criticada pela Pedagogia Nova, também não foi dado conta pela mesma.

Dessa forma vivenciou-se um momento de críticas e reflexões sobre o escolanovismo melhor percebido no fragmento abaixo descrito por SAVIANI (1985):

Assim de um lado surgiram tentativas de desenvolver uma espécie 'Escola Popular', cujos exemplos mais significativos são as pedagogias de Freinet e de Paulo Freire; de outro lado, radicalizava-se a preocupação com os métodos pedagógicos presentes no escolanovismo que acaba por desembocar na eficiência instrumental. Articula-se aqui uma nova teoria educacional: a pedagogia tecnicista. (SAVIANI, 1985, p.15).

Contudo, como menciona LUCKESI (1994), foi no final dos anos 1960, buscando atender aos interesses do Regime Militar, que a Pedagogia Tecnicista ganhou força e se tornou predominante no sistema educacional adquirindo o lugar da Escola Nova.

1.3.3. Influência europeia na Educação Física brasileira métodos (escolas) do período:

Mantêm-se as influências das linhas europeias que se iniciam em 1939, já descritas na Tendência Militarista.

1.3.4. Cidadão Soldado (Educação Física Pedagogicista):

Esta Tendência coincide com o período da República Liberal. Após o período de guerra e com a queda do governo Vargas (Estado Novo), buscava-se viver um período de paz e democracia. A formação de um cidadão soldado não era mais tão

importante, seria necessário para atender aos anseios deste novo clima a formação de um cidadão educado.

Dessa forma a Educação Física passa a ser encarada indo além da promoção da saúde ou disciplinarização, observada nas Tendências anteriores, sendo vista como uma prática educativa (GUIRALDELLI JR, 2003). Vale ressaltar que neste período vivenciamos a Pedagogia Nova nas escolas o que faz com que esta mudança na forma de se pensar a Educação Física, tenha certa coerência no que diz respeito à prática da mesma com os ideais da Pedagogia Nova.

GUIRALDELLI JR (2003, p.27) indica que “O liberalismo subjacente à Educação Física Pedagogicista está impregnado das teorias psicopedagógicas de Dewey e da sociologia de Durkheim. Portanto, se podemos aceitar tal concepção como um avanço em relação a Educação Física Militarista, nada nos autoriza a considerá-la uma teoria progressista”.

Apesar das influências de Dewey com suas teorias escolanovistas, a prática da Educação Física ainda se encontrava ‘banhada’ pelos princípios militares, até porque o Método Francês, através do “Regulamento nº7”¹, ainda permanecia obrigatório até o final da década de 1950, e é claro que uma influência tão grande na Educação Física brasileira não poderia ser dissolvida tão facilmente como “álcool no ar”.

Esta influência do Método Francês pode ser observada em 1961 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deste mesmo ano, onde tornava-se obrigatória a Educação Física para o ensino primário e médio, ganhando grande relevância nas aulas práticas os esportes, o que caracterizava a introdução do Método Desportivo Generalizado, rompendo com os antigos métodos de ginástica tradicional através da corporação do esporte (BRASIL, 1997a).

A Tendência Pedagogicista sugeria uma Educação Física como um meio de formação do indivíduo. “A Educação Física, acima das ‘querelas políticas’, é capaz de cumprir o velho anseio da educação liberal: formar o cidadão”. GUIRALDELLI JR, 2003, p.29

¹ Regulamento que determinava o método francês como oficial de instrução da tropa, assim como o método oficial de Educação Física a ser adotado nas escolas brasileiras. “O Regulamento Nº 7 da Educação Física é tradução integral do “*Réglement Général D’Education Physique.Méthode Française*”, construído dentro da Escola Militar de Joinville-le-Pont, finalizado no ano de 1927 e sua tradução publicada com autorização do Estado-Maior do Exército em 1934”. ARAÚJO, Sergio Estevam Carlos de. Busca da trajetória das mulheres atletas brasileiras nos jogos olímpicos. <http://www2.ufrgs.br/xiipalops/Problemas/1011634_24_1402.pdf > Acesso em: 03 junho de 2010

O cidadão desejado é aquele respeitador das regras sociais, possuidor de um bom caráter, que saiba utilizar os tempos de horas livres com atividades saudáveis, que cuida da saúde física e mental e afasta-se de atividades “degenerantes”, Cidadão preparado para suas funções na sociedade; em fim, uma “pessoa de família”, ou seja, um “cidadão”.

A “Educação do Movimento” era considerada a única capaz de fomentar a Educação Integral. Assumindo essa função educativa e fugindo das características das outras disciplinas que possuíam um cunho “instrutivo”, a Educação Física passa a assumir atividades que auxiliam na formação do cidadão desejado. Dentre estas atividades destacam-se os jogos intra e inter-escolares, os desfiles cívicos, atividades de integração com a comunidade e as propagandas da escola direcionadas a mesma.

1.4. Quarta Tendência. EDUCAÇÃO FÍSICA COMPETITIVISTA:

1.4.1. Momento histórico-político da época:

A tendência Competitivista mencionada por GUIRALDELLI JR (2003) ocorre durante o período de 1964 a 1985, momento em que na história brasileira vive-se o regime militar, como observa MAIA (1999).

Com a deposição de Jango, foi criado o AI-1 (Ato Institucional nº 1), que possuía poder de mudança na constituição e dava plenos poderes ao presidente da república sendo a escolha do mesmo pelo Congresso Nacional, (que seria obviamente um militar) e ainda cassava políticos de esquerda principalmente os ligados a João Goulart. (MAIA, 1999).

- O Governo Castelo Branco (1964 – 1967): O congresso elegeu o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que deveria ter um mandato provisório, (o que não veio a ocorrer). (MAIA, 1999).

Uma de suas primeiras medidas foi colocar na ilegalidade todos os movimentos populares que viessem gerar perigo, prendendo e perseguindo seus membros. Dentre estas organizações podemos citar a UNE, a CGT, o MUT e as Ligas Camponesas. As Universidades públicas também sofreram reflexo do regime, com a perda da autonomia. (MAIA, 1999).

Em 1965 o governo permitiu a realização de eleições para governadores,

entretanto, o resultado não agradou aos militares que viram a oposição vencer em 5 estados, dentre eles a Guanabara e Minas Gerais. Pressionado, em outubro do mesmo ano, Castelo Branco promulga o AI-2 o qual acabava com a pluralidade partidária (pluralismo) e implantava-se o bipartidarismo onde passavam a existir apenas dois partidos, o do governo, ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e a oposição ao regime, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), atual PMDB. (MAIA, 1999).

O AI-2 também tornava a eleição presidencial indireta e ainda dava poderes para cassar e suspender por 10 anos as atividades de qualquer político. (MAIA, 1999).

- O Governo Costa e Silva (1967 – 1969): Este período foi marcado por vários movimentos contrários ao governo. Esses movimentos partiam dos estudantes (tendo a UNE um importante papel neste período, organizando diversas manifestações), operários, políticos e militares menos graduados. Destes movimentos surgiram também organizações de movimentos terroristas, como MR-8, a Vanguarda Popular Revolucionária e a VAR-Palmares, no qual realizavam seqüestros de políticos, assalto a bancos buscando a aquisição de recursos para compra de armas e a troca de reféns por presos pelo regime. (MAIA, 1999).

Artistas também marcaram o período, através da denuncia das atitudes violentas do regime, dos golpes feitos pelo mesmo. Na música Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré e Gilberto Gil possuem destaque; podemos destacar no teatro José Celso Marins Correia, no cinema Carlos Diegues e na literatura Lígia Fagundes Telles. (MAIA, 1999).

Buscando reproduzir os movimentos contrários ao regime militar, Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), considerada a medida mais repressiva do regime militar, onde as principais determinações foram: fechamento do Congresso Nacional; Intervenção Federal nos Estados e Municípios; eleições dos governadores pelas Assembléias Legislativas Estaduais; indicação dos prefeitos das grandes capitais pelo Presidente da República; Decreto aos militares de cassação de mandatos políticos; fim do hábeas-corpus. (MAIA, 1999).

Em 1969 Costa e Silva se adoenta e é substituído pelo General Emílio Garrastazu Médice. (MAIA, 1999).

- O Governo Médice. (1969 – 1974): No governo do General Emílio Garrastazu Médice, o combate aos grupos contrários chegava ao seu ápice. Foram criadas as

seis delegacias do DOPS e (Departamento de Ordem Política e Social) e no início da década de 70, dá-se origem a OBAN (Organização Bandeirantes). (MAIA, 1999).

As DOPS funcionavam como centros de torturas e assassinatos espalhados pelo país. Os torturados por diversas vezes morriam nas sessões, entretanto a morte costumava sair nas certidões de óbito como suicídio. (MAIA, 1999).

Já a OBAN que existia graças ao patrocínio de diversas empresas, entre elas multinacionais, surge com o intuito de combater a oposição. (MAIA, 1999).

É neste período que a censura ganha sua maior força. Todas as produções de mídia passavam pelo órgão de censura, como novelas, jornais, programas, revistas, teatros, músicas, filmes... Porém é verificado que neste período os compositores utilizando-se de recursos de linguagem conseguem se destacar com suas músicas críticas driblando a censura. (MAIA, 1999).

Neste período também se destacaram grandes obras como a rodovia transamazônica, que cortaria o estado do Pará e do Amazonas. A construção de diversas hidrelétrica e barragens e a ponte Rio-Niterói. (MAIA, 1999).

Destaquemos também neste momento a conquista do tricampeonato mundial de futebol pela seleção brasileira, em 1970, no México, pois tal feito teve grande contribuição para os planos repressivos do governo funcionando como uma espécie de marketing positivo do regime. Esse feito também contribuiu para a exaltação do espírito nacionalista indo de encontro ao momento em que o país vivia sendo chamado pelo então ministro da fazenda, Delfim Neto, de "Milagre Econômico", surgindo lemas como "Brasil Ame-o ou deixe-o" e "Esse é um país que vai pra frente". (MAIA, 1999).

Entretanto este "milagre" não durou nem seis anos e chegou ao fim vitimado pela alta dos preços do barril de petróleo. (MAIA, 1999).

- O Governo de Ernesto Geisel (1974 - 1979): Ernesto Geisel assumiu o poder prometendo o início de uma abertura política que se daria de forma lenta e gradual. (MAIA, 1999).

Em meados da década de 70 os movimentos estudantis e operários ressurgem com grande força e grandes manifestações passam a ocorrer, dentre elas, podemos destacar as manifestações operárias que ocorreram na região do ABC em São Paulo no ano de 1978. (MAIA, 1999).

A Igreja Católica também recebe destaque com suas denúncias com o não respeito aos direitos humanos. (MAIA, 1999).

Em 1975, em uma das prisões do DOPS, morre o chefe do departamento de jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, o que leva ao presidente a ter de controlar os órgãos de segurança, ocasionando a liberdade para diversos presos políticos e aumentando-se a liberdade de imprensa. (MAIA, 1999).

Em 1974 senadores do MDB foram eleitos em estados importantes como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Essa situação levou o governo a determinar, em 1978, que um terço dos senadores seriam votados de forma indireta para tentar garantir a maioria do governo no senado. Criou-se também, em 1977, o Plano Falcão no qual restringia a propaganda eleitoral dos candidatos da oposição. (MAIA, 1999).

Chegando ao final de seu governo em 1978 o presidente revogou o ato institucional nº 5 (AI-5) e concedeu-se a anistia aos exilados políticos. No que diz respeito à economia o General Geisel passou a diversificar acordos diplomáticos com China e a Angola rompendo antigos acordos de alinhamento com os EUA. (MAIA, 1999).

- O Governo de João Batista de Oliveira Figueiredo (1979 - 1985): em sua entrada no governo, João Figueiredo prometeu aumentar o processo de abertura política e realizar a transição política do país. (MAIA, 1999).

Vale ser destacado em seu governo a revogação em 1980 dos atos institucionais 2 e 3 e a aprovação da lei da anistia. A revogação do AI-2 extinguiu o MDB e o ARENA; sendo substituídos pelo PMDB e o PDS. Tal medida fez surgir também o PDT, PT e o ressurgimento do PTB. (MAIA, 1999).

A lei da anistia fez com que presos políticos fossem libertados e que os exilados voltassem ao país. (MAIA, 1999).

Em 1983 surge partido dos trabalhadores (PT) e instala-se o princípio intitulado 'diretas-já'. No ano de 1984 criou-se a emenda Dante de Oliveira que pedia eleições diretas, na qual não obteve aprovação do congresso nacional; já que os militares não queriam nem um pouco a aprovação da lei. Foi assim que, em 1984, o PDS rachou-se surgindo o PFL. Este, por sua vez, formou uma aliança com o PMDB lançando a candidatura de Tancredo Neves que ainda teria apoio dos partidos PDT, PTB e PT e concorreria em eleições ainda indiretas com o candidato do PDS, Paulo Maluf. E foi assim que no ano de 1985 Tancredo Neves foi eleito presidente da república, sendo José Sarney o seu vice, encerrando um período de 21 anos de Regime Militar no Brasil e surgindo a Nova República. (MAIA, 1999).

1.4.2. Tendência pedagógica da época: *Pedagogia Tecnícista.*

Com o início do Regime Militar em 1964 deu-se a implantação da Pedagogia Tecnícista nas escolas brasileiras substituindo a Escola Nova. (LUCKESI, 1994)

A Pedagogia Tecnícista tem como uma de suas principais funções preparar recursos humanos, ou seja, produzir indivíduos para o mercado de trabalho.

Com semelhanças do modelo fabril a abordagem tecnícista busca a construção de um ensino sistematizado. Desta forma de acordo com SAVIANI (1985):

Para tanto era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. Daí, a proliferação de propostas pedagógicas tais como o enfoque sistêmico, o micro-ensino, o tele-ensino, a instrução propaganda, as máquinas de ensinar etc. Daí, também, o parcelamento do trabalho pedagógico com a especialização de funções, postulando-se a introdução no sistema de ensino de técnicos do sistema de ensino a partir de esquemas de planejamento previamente formulados aos quais devem se ajustar as diferentes modalidades de disciplinas e práticas pedagógicas. (SAVIANI, 1985, p. 16).

No processo educacional tecnícista, tanto o aluno quanto professor são atores coadjuvantes no processo de ensino, ficando os meios de ensino com o papel principal. São os alunos e professores que tem de se adequar às metodologias de trabalho.

A solução contra a marginalização que era vista pela Pedagogia Tradicional como o combate a ignorância. Já pela Pedagogia Nova era vista como o combate ao sentimento de rejeição e anormalidade adaptando e ajustando os indivíduos a sociedade. Na Pedagogia Tecnícista o objetivo era o combate à ineficiência e à improdutividade, promovendo a formação de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos para que o indivíduo se integrasse na máquina social-global.

Sua aplicação teórica tem por base as teorias behavioristas, sendo Skinner uma de suas principais referências teóricas. Este método se baseava na transmissão e recepção de informações e pautava-se em um comportamento esperado do indivíduo através da relação estímulo-resposta fundamentada na ciência do comportamento e não da mente, logo o comportamento é explicado por si só, sem as referências mentais. SAVIANI (1985, p.18) indica como base de sustentação desta pedagogia: “[...] a engenharia comportamental, a ergonomia, informática, cibernética, que têm em comum a inspiração filosófica neopositiva e o método funcionalista. Do ponto de vista pedagógico conclui-se, pois, que se para a

pedagogia tradicional a questão central é aprender e para a pedagogia nova aprende a aprender, para a pedagogia tecnicista o que importa é aprender a fazer”.

Esta pedagogia no que diz respeito aos anseios de uma escola equalizadora socialmente fracassa, pois não consegue atingir sua grande meta, na qual era a transformação dos marginalizados em indivíduos competentes, produtivos, prontos para o trabalho. De acordo com SAVIANI (1985, p.18) isso ocorre na medida em que a escola adotando “a forma de funcionamento do sistema fabril, perdeu de vista a especificidade da educação, ignorando que a articulação entre escola e processo produtivo se dá de modo indireto e através de complexas mediações”.

1.4.3. Influência europeia na Educação Física brasileira métodos (escolas) do período: Continuação das influências passadas.

1.4.4. Cidadão Soldado (Educação Física Militarista):

Esta tendência tem o seu período predominante pos 1964, mais precisamente durante o período do Regime Militar, período também em que ganha força nas escolas a Pedagogia Tecnicista.

A articulação entre estes três componentes (Educação Física Competitivista, Pedagogia Tecnicista e Regime Militar), são formadores de uma sintonia única.

Com relação às influências do tecnicismo, ricas nos princípios behavioristas, onde o método, o processo do ensino e seus fins são mais importantes do que o professor ou muito menos o aluno, voltando-se para a formação de indivíduos competentes (sendo assim selecionadora na medida em que os incapazes vão ficando pelo caminho); encaminha-se para atender aos ideais capitalistas. Todas estas características foram incorporadas e inseridas para as práticas da Educação Física Competitivista.

GUIRALDELLI JR (2003) descreve que:

O desporto de alto nível” é o paradigma para toda a Educação Física. E tal prática está vinculada ao alto grau de avanço científico nas áreas da Fisiologia do Esforço, da Biomecânica, do Treinamento Desportivo etc. A Tecnização crescente dos periódicos de Educação Física nos anos 60-70 reflete esse momento e desnuda o núcleo central da Educação Física Competitivista. A tecnização, com sua aparente aura de neutralidade científica, casa-se perfeitamente bem com os interesses da Educação Física Competitivista. (GUIRALDELLI JR, 2003, p.30).

Esta influência tecnicista se dá em maior forma no campo do desempenho técnico e físico da criança, onde se promove a seleção natural a partir da valorização

e divisão daqueles que têm determinadas habilitações e aqueles que não as possuem, incentivando assim as injustiças na prática da Educação Física.

Os anseios capitalistas de que a ascensão se dá pelo seu esforço são altamente estimuladas nesta Tendência da Educação Física, na medida em que ilustra-se a ascendência daqueles atletas oriundos da pobreza que através do esporte vêm a destacar-se, servindo como uma “pintura de fachada” onde a maioria não consegue atingir o ápice por diversos motivos, dentre eles a falta de oportunidade.

Tal discurso ainda é bem forte nos dias atuais e o esporte ainda se mistura ao mesmo. Um exemplo são os salários “astronômicos” pagos às estrelas do futebol, divulgados pela mídia, encobrando a verdadeira realidade, em que a maior parte dos atletas vive com remunerações pequenas. Essa imagem acaba por inculcar na cabeça das crianças o sonho de ser um jogador profissional, atingindo diretamente as crianças mais carentes, sendo esta considerada por muitas vezes a única forma de ascensão social.

Verificamos assim que tanto a tendência da Educação Física Competitivista, como a Pedagogia Tecniciста serviam-se mutuamente em seus princípios e práticas.

Outro ponto importante é a relação que esta tendência obteve com o Regime Militar. A Educação Física teve papel importantíssimo nos preceitos de atenuar as práticas repressivas do regime e foi visivelmente incentivada pelos mesmos.

Dentre as diversas práticas “anestésica-sociais”² (ZOBOLI, 2009) destacamos aqui o movimento do regime em utilização das práticas desportivas como meio de propaganda positiva para o seu governo.

As atividades esportivas também foram consideradas como fatores que poderiam colaborar na melhoria da força de trabalho para o ‘milagre econômico brasileiro’. Nesse período estreitaram-se os vínculos entre esporte e nacionalismo. Um bom exemplo é o uso que se fez da campanha da seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo de 1970. (BRASIL, 1997a, p.22).

Outro ponto era o de reforçar o desmantelamento dos movimentos populares (visto na história brasileira), através de políticas muito parecidas com as políticas de “pão e circo”³ (ZOBOLI, 2009) empregadas durante o Império Romano.

GUIRALDELLI JR (2003) nos fala que:

Apesar de negar, a Educação Física Competitivista é um aríete das classes

² Seria como uma privação da sensibilidade do povo diante de acontecimentos sociais e políticos.

³ Política utilizada na Roma antiga, onde para com medo de que a população se revoltasse devido aos problemas sociais existentes, o imperador criou a “*panem et circenses*”, a política do pão e circo, que consistia em oferecer todos os dias ao povo lutas de gladiadores e durante as lutas oferecia-se trigo e pães. A população assim distraía-se e se alimentava de algo que tinha baixo custo, esquecendo os problemas e não se rebelando.

dirigentes na tarefa de desmobilização da organização popular. Tanto o 'desporto de alto nível', que é o 'desporto-espetáculo', é oferecido em doses exageradas pelos meios de comunicação à população, como, explicitamente, é introduzido no meio popular através de ação governamental. O objetivo de 'dirigir e canalizar energias' nem sempre é dissimulado. A Educação Física Competitivista faz parte, como as outras concepções que precederam esta exposição, daquilo que podemos chamar de arcabouço da ideologia dominante. (GUIRALDELLI JR, 2003, p.20).

Outro ponto na busca deste dismantelamento dos movimentos está na tentativa de ocupar os períodos de ócio do trabalhador e dos estudantes através do desporto como entretenimento de lazer, o que pode ser observado no longo fragmento que apresento abaixo para que haja um melhor entendimento. Na Revista Brasileira de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura – MEC, mencionada por GUIRALDELLI JR (2003) em seu livro, discutia-se a relação entre a Educação Física e o combate à criminalidade (e porque não dizer também a desordem):

Não tenho dúvida em afirmar que o papel da Educação Física se ombréia aos ensinamentos de cunho religioso. Pois se, às vezes, até as convicções religiosas afastam pessoas, grupos da convivência social, Educação Física, principalmente através dos desportos, aproxima, une, dirime dissidências, extingue preconceitos (...).

Se fatigarmos o corpo e orientarmos o espírito sem rumo do desocupado, do ocioso, ele buscará a recuperação no leito, no descanso, e não no bar, nas esquinas (...).

Se dermos ao operário de corpo cansado, após uma jornada laboriosa, uma atividade desportiva sadia, o seu repouso será bem mais reconfortante, sofrendo nele, por vezes, a revolta contra os padrões, contra a própria atividade funcional.

Se na escola aplicamos uma atividade física adequada, ajudamos os jovens a suportar os desajustes familiares.

Quanto mais quadras de esporte, menos hospitais e menos prisões. Quanto mais calção, menos pijamas de enfermos e menos uniformes de presidiários (...). (SOUZA, 1974 apud GUIRALDELLI JR, 2003, p.32).

A utilização da Educação Física no processo de repressão fica mais evidente quando em 1º de Novembro de 1971, através do decreto nº 69.450/71, torna-se obrigatória a Educação Física nos cursos superiores na busca da desmobilização das reorganizações estudantis já proibidas no presente governo (com a extinção da UNE), buscando ocupar e distrair os jovens através da prática do esporte. Podemos compreender melhor esta manobra no fragmento abaixo:

No Brasil a educação física foi apresentada aos cursos superiores de modo obrigatório a partir do decreto nº 69.450/71, de 1º de novembro de 1971, período no qual o Brasil vivia sob regime militar ditatorial (1964 1984). Passávamos, ainda, por profundas reformas no ensino, em particular, através dos chamados 'acordos MEC-USAID'. Estes acordos tiveram o propósito de desestabilizar o movimento estudantil que já encontrava-se em turbulência em função da repressão imprimida pelo governo militar. O governo intencionava desorganizá-lo, inclusive através dos atrativos do esporte, através do qual buscava a adesão dos estudantes para atividades outras que não as de reivindicação e luta política, imprimindo ainda um sentimento de nacionalidade. (IZA & JUNIOR, 2000, p.2).

Dessa forma o cidadão desejado nesta tendência é o disciplinado-pacífico,

uma vez que se cobiçava um brasileiro ao mesmo tempo produtivo e eficiente, na busca de um “Brasil Grande”, Sendo assim, deveria ser acomodado, passivo e ordeiro. Um perfeito cidadão para a manutenção da hierarquização, elitização social e continuidade do governo regente.

Por fim, podemos assim dividir como pilares que sustentaram os anseios da Educação Física Competitivista, o nacionalismo, a integração dos estados, a formação de cidadãos fortes e vigorosos para a defesa da pátria e por fim e de grande importância, a formação de idéias contra os segmentos que pudessem fazer oposição ao governo militar.

1.5. Quinta Tendência. EDUCAÇÃO FÍSICA POPULAR:

1.5.1. Momento histórico-político da época:

A tendência Popular descrita por GUIRALDELLI JR (2003) surge a partir de 1980 no período de enfraquecimento do regime militar e sua transição para uma nova república. Um período de esperança tomava conta da população e, dessa forma, os movimentos democráticos e populares passam a ganhar força. Com a Educação Física escolar não era diferente, surgindo assim esta Nova República observada em MAIA (1999).

A NOVA REPÚBLICA: O Brasil vivia um momento de sonhos, sonhos de uma “Nova República”. Pensava-se na administração da dívida externa, geração de empregos, melhores salários, melhora econômica e social e reforma agrária. Desta forma, Tancredo era visto como aquele capaz de mudar o país. Entretanto, na véspera de tomar posse no dia 14 de março de 1985, Tancredo Neves foi hospitalizado. Após se submeter a seis cirurgias veio a falecer no dia 21 de abril de 1985, assumindo em seu lugar o vice-presidente, José Sarney. (MAIA, 1999).

- O Governo de José Sarney (1985 – 1990): Sarney havia pertencido ao PDS (Partido pertencente aos militares), até pouco antes das eleições. Isto gerava um clima de desconfiança por parte da população sobre se a transição democrática seria realizada. (MAIA, 1999).

Entretanto, em 1986, Sarney convocou a Assembléia Constituinte para que fosse elaborada uma nova Constituição. Além da convocação da constituição, vale destacar também a abertura política e social, incluindo-se a legalização dos partidos

comunistas PCB e do PC do B. (MAIA, 1999).

Há de se ressaltar a criação da constituição de 1988 quando em fevereiro de 1987 instalou-se uma Assembléia Nacional responsável por elaborar uma nova constituição; sendo promulgada em 5 de outubro de 1988 e sendo chamada de “constituição cidadã” por ser considerada a mais progressista existente até hoje. Seus principais pontos foram: Proteção ao trabalho do menor, leis de regulamentação do trabalho doméstico; direito de greve, direito de voto aos analfabetos (facultativo), voto facultativo dos 16 aos 18 anos, e obrigatório dos 18 aos 70 anos. Redução da jornada de trabalho para 44 horas; licença gestante de 120 dias; licença paternidade de 5 dias. A prática do racismo constituindo crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei. Também obtivemos a garantia aos índios da posse de terra que já ocupam tradicionalmente, competindo à União demarcá-las. (MAIA, 1999).

- O Governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992): Havia um clima de grandes expectativas e esperança por parte da população brasileira, pois seriam realizadas ao fim do mandato de José Sarney eleições diretas, feito que não ocorria desde que o regime militar havia assumido o poder 30 anos antes. (MAIA, 1999).

Surgiu uma grande variedade de partidos, mas ao final das eleições foram para o segundo turno os candidatos Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vencendo assim as primeiras eleições o senhor Fernando Collor. (MAIA, 1999).

Logo no início de seu mandato, ele anunciou a implantação do Plano Collor visando a modernização da economia, o enxugamento da máquina administrativa e o combate a inflação. Foram realizados durante o plano o programa de privatização de empresas estatais e grande abertura do mercado brasileiro às importações e entrada de capital estrangeiro no país. Para muitos estas medidas resultam na consolidação do Neoliberalismo no Brasil. (MAIA, 1999).

A partir de 1991, veio à tona o indício de corrupção do governo, envolvendo a primeira-dama, o Presidente, alguns ministros e pessoas ligadas ao governo como Paulo César Farias, responsável pela tesouraria na campanha presidencial. (MAIA, 1999).

Surge assim em todo país o movimento “Fora Collor”, carregado de manifestações pedindo o “impeachment” do presidente. Verificando a irremediabilidade do caso, Collor renuncia seu cargo meses antes de ter o mandato

cassado, porém em 29 de dezembro de 1992 o senado federal votou pelo seu impeachment tendo seus direitos políticos cassados por 8 anos. Após este fato o seu vice-presidente, Itamar Franco assume a Presidência da República. (MAIA, 1999).

- O governo de Itamar Franco (1992 – 1994): Após a cassação de Fernando Collor, seu vice Itamar Franco assumiu a presidência da república em 29 de dezembro de 1992. (MAIA, 1999).

Durante seu mandato ocorreu um plebiscito popular já previsto pela constituição de 1988. Este plebiscito viria a definir qual seria a forma de governo do país a partir de 1994. O povo deveria escolher entre república ou monarquia como governo e entre presidencialismo ou parlamentarismo como regime de governo. A escolha feita foi pela república presidencialista. (MAIA, 1999).

Em 1993 Fernando Henrique Cardoso assume o ministério da fazenda criando o Plano Real, tendo como medidas a abertura do mercado brasileiro às importações do estrangeiro; privatização das empresas estatais, dolarização da economia; elevação da taxa de juros e criação da moeda real. (MAIA, 1999).

Após o sucesso inicial do plano, Fernando Henrique venceu em primeiro turno a eleição presidencial assumindo o governo em 1994. (MAIA, 1999).

- O Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002): Fernando Henrique havia sido ministro da fazenda no governo anterior, criando o plano Real, o plano mais sólido do país até o momento. Plano que criou o real, moeda que se mantém no país até os dias de hoje. (MAIA, 1999).

Durante o seu mandato foi aprovada a emenda Constitucional que permitia a reeleição para cargos de Executivo (Presidente da República, Governador e Prefeitos), feito que o levou à conquista de seu segundo mandato, ambos derrotando em primeiro turno o candidato da esquerda Luiz Inácio Lula da Silva. (MAIA, 1999).

Dentre os principais acontecimentos em seu governo estão:

- Os diversos empréstimos realizados ao FMI buscando preservar o plano real aumentando ainda mais a dívida externa do país sendo obrigado a submeter-se a cumprir algumas exigências recessivas que levaram o país atingir os maiores índices de desemprego já vistos. (MAIA, 1999).
- Quebra do monopólio da Petrobrás na extração e refino de petróleo.

- Grande política de privatização de estatais, destacando-se as privatizações da vale do Rio Doce e da Telebrás. (MAIA, 1999).
- Reforma da previdência que buscava eliminar a estabilidade de emprego dos servidores e a mudança da lei da aposentadoria que passava a ser por tempo de contribuição sendo 35 anos para homens e 30 para mulheres. (MAIA, 1999).
- O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010): O candidato que mais vezes participou de eleições, sendo 5 no total. A vitória de Lula, representava a reafirmação da democracia no país. (MAIA, 1999).

Pela primeira vez a esquerda tem a chance de ter o poder nas mãos. O movimento operário que se arruinou durante a ditadura, sempre perseguido, vê seu partido, o PT, na pessoa de um ex-torneiro mecânico, assumir a presidência. (MAIA, 1999).

Seu governo, entretanto, é marcado por mudanças, mas muitas continuidades também. Lula deu continuidades às políticas econômicas traçadas durante o governo de Fernando Henrique. (MAIA, 1999).

Sua política atendeu a diversos problemas reclamados pelos diferentes setores sociais, no entanto, em um plano geral o governo não conseguiu fugir muito das práticas econômicas de governos anteriores. (MAIA, 1999).

Durante seu governo, podemos destacar como acontecimentos:

- Os esquemas de corrupção descobertos, sendo um dos principais o ‘mensalão’⁴. (MAIA, 1999).
- As políticas assistencialistas junto às classes populares ganhando destaque o programa “Fome Zero” e o “Bolsa Família”. (MAIA, 1999).

1.5.2. Tendência pedagógica da época: *Pedagogia Crítico Reprodutivas*.

Com a abertura do Regime Militar em finais dos anos 70 e início da década seguinte, abriu-se espaço para a busca de uma educação crítica no Brasil. (BRASIL, 1997b)

As teorias que constatavam que a escola ao invés de corrigir as injustiças

⁴ **Escândalo do Mensalão** ou "**Esquema de compra de votos de parlamentares**" é o nome dado à maior crise política sofrida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2005/2006 no Brasil. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Escândalo_do_mensalão> Acesso em: 03 de junho de 2010

promovia ainda mais a marginalização na sociedade, passam após esta abertura política, a emergirem no enfoque educativo.

Desta forma SAVIANI (1985, p.20) chama essas teorias de Crítico Reprodutivas, isto porque para o autor tais teorias verificam que: “[...] a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere [...]”.

SAVIANI (1985) divide esta teoria em três, entretanto não é intenção deste trabalho discutir as mesmas, pois vai para além dos objetivos do mesmo, cabe entendermos que neste período no qual ganham força as teorias críticas ‘paira no ar’ um pensamento de lutas. Lutas estas que buscam ir:

[...] contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino de melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (SAVIANI, 1985, p.36).

Este momento é de reflexão e expressão daqueles que lutam contra os interesses da classe dominante, que fazem do fracasso escolar o êxito da escola no que diz respeito aos interesses burgueses.

Dessa forma, é neste período (início da década de 80) que as teorias que poderíamos chamar de populares (digo isso porque defendem os interesse das classes populares), ganham força. Não é coincidência então o fato da Tendência Popular da Educação Física nascer neste momento, mas isso discutiremos mais a diante.

1.5.3. Influência europeia na Educação Física brasileira métodos (escolas) do período:

Não existem influências diretamente de escolas europeias neste momento. Pelo contrário, passa-se por um período de intensa reflexão crítica sobre os acontecimentos da Educação Física, até aqui.

1.5.4. Cidadão Soldado (Educação Física Militarista):

Com o fim do Regime Militar, pairava sobre a sociedade brasileira um novo sentimento. Um sentimento de liberdade e democracia. Todos os movimentos

populares reprimidos passam a ressurgir e ganhar força.

Os movimentos trabalhistas, estudantis reerguem-se e temos o fim da censura da imprensa, o início de uma nova república com a volta do voto direto, em fim, um 'clima de democracia no ar'.

No meio deste novo ar democrático, a escola passa por novas modificações em suas pedagogias e dá-se início ao aparecimento do que SAVIANI (1985) chama de "Teorias Crítico-Reprodutivas" e que LUCKESI (1994) vai chamar de "Pedagogias Progressistas". Independentemente da nomenclatura que dessem a essa nova forma de pensar a escola, ambas partem da leitura crítica do mundo, para dentro de uma nova filosofia que busca entender as realidades sociais e o papel da educação na mesma.

SAVIANI (1985, p.19) nos fala que estas novas teorias são críticas, "Uma vez que postulam não ser possível compreender a educação senão a partir dos seus condicionantes sociais". Entretanto são justamente estes "condicionantes sociais" que a impedem de entrelaçá-la a educação. LUCKESI (1994, p.63) afirma que "Evidentemente a pedagogia progressista não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais".

Todos estes ingredientes que formavam este novo ambiente não poderiam deixar de influenciar esta nova Educação Física que passa a adquirir força. Dessa forma passa a ganhar relevância, segundo GUIRALDELLI JR (2003), a Educação Física Popular.

A partir da década de 1980 o foco da Educação Física passa a ter nova direção. Começam a surgir questionamentos sobre o até então modelo de Educação Física aplicado nas escolas. Uma das políticas principais do Regime Militar, que era a formação de uma nação olímpica, não é concretizada, nem mesmo a tentativa de aumentar o número de praticantes de atividade física através da promoção de competições esportivas deu bons resultados. Isto fez com que os críticos ao modelo da Educação Física Competitivista ganhassem força. (BRASIL, 1997a).

Passa-se a dar maior atenção às séries iniciais, abandonando-se o caráter de formação de atletas e busca-se, sim, a formação mais qualitativa e não seletora.

Segundo os PCNs de Educação Física (BRASIL, 1997a, p.23), "[...] a Educação Física escolar, que estava voltada principalmente para a escolaridade de

quinta a oitava séries do primeiro grau, passou a priorizar o segmento de primeira a quarta e também a pré-escola. O enfoque passou a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno, tirando da escola a função de promover os esportes de alto rendimento”.

GUIRALDELLI JR (2003, p.21) afirma que “[...] a Educação Física Popular não revela uma produção teórica (livros, periódicos, teses etc) abundante e de fácil acesso”. Entretanto, já é possível observar nos dias de hoje um progressivo aumento nos debates dos novos rumos da Educação Física.

Esta nova tendência da Educação Física busca o rompimento perante as ideologias dominantes. Passa a ser discutido o seu novo papel e sua importância política.

Sua característica prioritariamente biológica perde espaço para as novas perspectivas da área ganhando destaque, segundo os PCNs de Educação Física (BRASIL, 1997a, p.23), “as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas, e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral”. Já no que diz respeito aos seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino aprendizagem, ainda de acordo com os PCNs de Educação Física (BRASIL, 1997a, p.23), “[...] se abarcam objetivos intelectuais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento)”.

Esta nova Educação Física assume importância nesta sociedade, aquela sociedade que sempre esteve voltada aos interesses do Estado e da classe dominante. Esta área passa a assumir também um perfil de luta social, abandonando seu espírito competitivo, de adestramento, gerador de atletas e formador de um cidadão pronto para exercer sua função social. Começa-se a incorporar ao fazer pedagógico o sentido de cooperação, ludicidade, solidariedade humana auxiliando no processo de lutas populares.

GUIRALDELLI JR (2003) nos fala que:

A Educação Física Popular não se pretende ‘educativa’, no sentido em que tal palavra é usada pelas demais concepções. Ela entende que a educação dos trabalhadores está intimamente ligada ao movimento de organização das classes populares para o embate da prática social, ou seja, para o confronto cotidiano imposto pela luta de classes. (GUIRALDELLI JR, 2003, p.21).

Cabe aqui a seguinte pergunta: Apesar de observarmos uma significativa mudança nos pensamentos da Educação Física em sua teoria, como se dá esta

mudança na prática? Será que ela é atravessada por neste novo olhar filosófico ou ainda está pautada nas influências passadas?

Ao certo é que neste momento em sua teoria, a Educação Física Popular buscava a libertação das classes populares, procurando a formação de um cidadão crítico e reflexivo.

CAPÍTULO 2 – Cidadania e Educação Física, hoje, o que é possível?

2.1. O que é ser Cidadão?

Muito se fala nos dias de hoje no papel da escola como formadora de cidadãos. Diversos conteúdos são importantes na formação do cidadão, muitos outros auxiliam no processo reflexivo do aluno. Entretanto, o que é ser cidadão? Que tipo de cidadão se “pretende formar”?

Estas perguntas ficam ainda mais intrigantes quando se trata de uma disciplina como a Educação Física, que como vimos anteriormente, tem na formação do cidadão aspecto imprescindível para sua consolidação nas escolas no Brasil, variando com os momentos históricos que a Educação Física percorreu no Brasil e os interesses que em maior período eram voltados para os ideais dominantes.

A formação da cidadania é algo que se faz presente nos ditames da escola, desde seu início. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais recente, 9394/96, (BRASIL, 1996), destaca tal princípio no seu segundo artigo quando afirma: “A Educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, **seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho”.

Segundo o dicionário Aurélio, (FERREIRA, 2001), cidadania: é a condição de cidadão, que por sua vez pode ser definido como: “1. **Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado**. 2. Pop. Indivíduo, sujeito.”

Para compreender melhor ainda este conceito remeto-me a Grécia antiga, berço da Educação Física, e onde tem a origem a idéia de cidadania. Cidadão seria aquele pelo qual poderia lançar mão de decisões que atingiriam a todos da sociedade, tomando parte nos movimentos desta, obtendo um caráter extremamente participativo nos negócios e das decisões políticas, sendo assim, detentor dos direitos de cidadania.⁵ Vale ressaltar que cidadania se referia a “*polis*” o que podemos verificar no radical da palavra “polis”. Esse termo remete a palavra ‘política’, verificando assim certa simetria nestas duas palavras desde suas origens. Entretanto, esta (cidadania) não abrangia a todos, mas apenas a uma pequena parte da população: os detentores de terras. Sendo excluídos aqueles que não

obtivessem seu tempo totalmente livre, para que pudesse se dedicar ao exercício da mesma. Mulheres, escravos e estrangeiros e até mesmo indivíduos livres, mas que tinham de trabalhar (como por exemplo os comerciantes, e que desta forma não poderiam se dedicar a questões políticas), não eram considerados cidadãos.⁵

Na verdade, o termo cidadão vai então extrapolar o contexto grego desenvolvendo-se ao longo dos anos e vindo a se instalar nas sociedades capitalistas, É aí que sua essência se fortifica, como podemos perceber em MATUI (2001): “Cidadão é cria do Estado Capitalista Republicano como o súdito o era dos monarcas e reis”. (p.50)

Com a Revolução Francesa do século XVIII a burguesia assume o poder trazendo os ideais de cidadania defendidos para todos, e desta forma a escola teria papel fundamental para as intenções da classe burguesa no que diz respeito à construção da mesma.

Já no poder, os homens passam a não serem tão iguais assim para a burguesia. A plena cidadania passa a ser apenas para os grandes proprietários burgueses; ao pobre resta o “direito” de vender sua mão de obra. Dessa forma a educação para todos não precisaria ser igual para todos, ou melhor, não deveria ser igual a todos.

Sendo assim, de acordo com BUFFA (2007):

Há, pois, no pensamento burguês, uma nítida separação entre proprietários e não-proprietários. Só os proprietários é que têm direito à plena liberdade e a plena cidadania[...] Haverá, então, a proposta de uma educação para os proprietários, os cidadãos, e uma outra educação para os não-proprietários, para os cidadãos de segunda categoria.(BUFFA, 2007, p.27).

Ainda é importante destacar que para a burguesia não era interessante que os “cidadãos de segunda categoria” não estivessem dentro da escola, pelo contrário, já que seria:

[...] conveniente que o Estado facilite, encoraje e até mesmo imponha a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação: ler, escrever, contar e rudimentos de geometria e mecânica. O Estado, afirma ele, pode fazer isso com poucos gastos e com enorme vantagem, de vez que um povo instruído é ordeiro, obedece aos seus legítimos superiores e não é presa fácil de ilusões e superstições que dão origem a terríveis desordens (Smith, 1983: 213-8). Assim, a educação dos trabalhadores pobres tem por função discipliná-los para a produção. O que propõe para a maioria da população é pouco; é o mínimo. Aquele mínimo necessário para fazer do trabalhador um cidadão passivo que, apesar de tudo, tem alguns poucos direitos. (BUFFA, 2007, p.27).

ARROYO (2007), também completa tal pensamento quando comenta que:

⁵ SANTANA; Marcos Silvio de. O que é Cidadania.

<<http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>> Acesso em: 09 abril de 2010

Como nos lembra Marx, o mesmo mecanismo através do qual se dá a formação da riqueza, a acumulação do capital, produz, ao mesmo tempo, necessariamente, o seu contrário, a acumulação da miséria e o pauperismo de um excessivo exército de reserva: saem daí as “classes perigosas”, temidas pela sua irracionalidade política. Os trabalhadores foram considerados apenas como pobres, objeto de caridade, nem como ignorantes, objeto e educação, mas foram considerados como **classes perigosas**, objeto de temor, de caridade, filantropia e educação, o que mostra que a submissão das camadas inferiores não era um fato, mas uma forma de propaganda ideológica da minoria dirigente civilizada. (ARROYO, 2007, p.47).

Dessa forma percebemos que a escola vinha a ter papel fundamental, na medida em que cidadania passava a ser uma questão de educação. Mas não uma educação com cunho político, libertador, mas sim uma educação voltada para a formação de hábitos e atitudes que viessem manter um equilíbrio social.

Uma outra questão que vinha a reforçar a manutenção deste estado social, vem a ser o discurso burguês de que a escola é democrática e que sua posição social, o sucesso dentro da escola e por conseqüência na vida, viria através do esforço, característica desejada nos envolvidos no processo escolar. A escola, “[...] ignora que os homens não escolhem as condições em que nascem. A vontade dos indivíduos, que se materializa por meio de suas opções, se forma sempre sob determinadas condições, vinculadas à realidade objetiva de suas vidas”. (FERREIRA, 1993, p.8)

Estas características refletem a formação do cidadão desejado perante as pedagogias tradicionais, uma educação para as elites e uma para as camadas populares. As últimas, verdadeiramente, nunca foram vistas como constituídas de cidadãos, mas sim como mão de obra necessária para manter a máquina social a pleno vapor.

Entretanto, como ainda infere ARROYO (2007), a educação vai ganhando outros moldes que não são apenas o de “controle”. Com o tempo ela vai ganhando novos contornos, na medida em que se percebe que a mesma pode, ou, melhor dizendo, não só pode como deve ser uma forma de combate às injustiças sociais.

“A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre homens. Percebe-se uma constante: a educação passa a ser encarada como o santo remédio, capaz tanto de tornar súditos em cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos”. (ARROYO, 2007, p.36).

O conceito de formação para a cidadania no âmbito escolar é algo que varia de acordo com as ideologias formadas. SANTOS (1987) nos mostra que numa perspectiva liberal a formação do cidadão se encaixa na adaptação dos indivíduos

aos valores e as normas vigentes na sociedade de classes, formando um ser passivo e ordeiro, preparado para desempenhar papéis na sociedade e qualificados para o trabalho, praticantes afincos dos seus deveres civis. Já numa perspectiva progressista, ser cidadão é ter os seus direitos sociais respeitados como o direito a teto, a comida, a educação, a saúde... enfim, o direito a viver dignamente.

Todavia, como diria FREIRE (1970), o indivíduo só poderá passar a ser respeitado como cidadão, a partir do momento em que se reconhecer como cidadão oprimido, só assim, poderá buscar a cidadania, pois a mesma é um processo de lutas.

Dessa forma, apesar de pela lei sermos cidadãos desde que nascemos, isto verdadeiramente só ocorre quando o direito do indivíduo e o mesmo são respeitados. Os princípios de igualdade internamente existentes dentro do conceito de cidadania são inversamente proporcionais aos conceitos capitalistas nos princípios de desigualdade.

Como cidadania está diretamente ligada a direitos, existem diversos tipos de cidadãos em uma mesma sociedade. De acordo com BUFFA (2007), há cidadãos que são mais cidadãos do que outros cidadãos e aqueles que nem cidadãos podem ser.

Sendo assim, nesta linha de pensamento, seguindo as idéias de ARROYO (2007), existem cidadãos (numa visão burguesa) e cidadãos (numa visão socialista), e escolas que “formam” cidadãos (voltada para os aspectos reprodutores) e cidadãos (voltada para os aspectos críticos), variando de acordo com as ideologias formadas. Ainda existem escolas voltadas para a formação de cidadãos (pertencentes às elites) e escolas com formação para os cidadãos da segunda categoria (os oprimidos).

Dizer que uma instituição ou outra é voltada para a “formação do cidadão” não remete a nenhuma transparência nas reais intenções práticas de uma determinada escola, referindo-se as suas metodologias e ideais. Muitas escolas que buscam a preservação das linhas tradicionais, e por conseqüência estão carregadas de ideologias que caminham de mãos dadas com a manutenção do “*status quo*”, utilizam-se deste termo “formação do cidadão” sem que este tenha alguma pretensão nas lutas sociais, na lutas pelos direitos, na formação de homens críticos..., enfim numa ruptura com a visão de cidadão adestrado.

MATUI (2001) nos mostra que a formação de homens livres, autônomos e

pensantes é algo temido pelos poderes dominantes nas diferentes épocas. A formação deste tipo de cidadão foi sempre boicotada por aqueles que desejam a ordem social vigente.

Aliais, como nos fala ARROYO (2007):

As contradições trazidas a ordem liberal pelas pressões democráticas e pela ampliação dos direitos de cidadania têm dificuldade de serem incorporadas na prática educativa que continua sonhando com um modelo de sociedade corporativa, onde só é útil a cada abelha o que é útil ao enxame... Nesses modelos, onde tanto se enfatiza o convívio, a cooperação, não se presta atenção às desigualdades e, quando se presta, é para insistir na cooperação nas desigualdades, não se coloca quem define os fins desse convívio e a que interesses servem. (ARROYO, 2007, p.60).

Outro ponto importante no que diz respeito à utilização da nomenclatura “formação do cidadão” é referente ao cuidado em que devemos ter na utilização deste termo, pois não podemos dizer no sentido mais direto das palavras, que a escola é formadora de cidadãos, na medida em que tal afirmação pode emitir a negação da cidadania das classes populares, se tornando uma arma de reafirmação de que só é cidadão aquele que entende, compreende e exerce as regras do “jogo social” reproduzidas e desenvolvidas na escola. Ou seja, cria-se a mística de que só deve ser cidadão aquele que passa pela escola. Assim estamos negando o direito à cidadania de uma grande parte da nossa população que não teve acesso à mesma. Dessa forma, a instituição escolar deve, sim, conscientizar as classes populares de seu direito à cidadania. E, como cidadãos que são, possuem direitos e podem (e devem) lutar pelos mesmos, pois como menciona ARROYO (2007, p.58), esta educação que não vê o povo como cidadão e sim como uma barbárie, “[...] o que deve ser ensinado não é o uso esclarecido da liberdade dos direitos, mas a prática das obrigações, dos deveres, para o respeito à ordem”.

Para FREIRE (1996, p.14), “*formar* é muito mais do que puramente *treinar* o educando no desempenho de destrezas[...]”, pelo contrário, FREIRE (1996) acredita que:

[...] ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção [...] ensinar, não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *formar*, é a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, p.22).

Contudo, é importante ressaltar que para haver uma mudança na forma como a escola se posiciona no que diz respeito à formação do cidadão, é necessário, como alerta Matui (2001), que a presente educação deva ser vista como algo

indesejável, sendo um problema social, e como tudo que é indesejável, deve ser transformada em algo desejável.

Onde entra a Educação Física nesta discussão? Como foi falado anteriormente no presente trabalho, a Educação Física, como disciplina escolar que conhecemos hoje, surge através das influências das grandes escolas européias que se dão entre os anos 1800 a 1900. Para OLIVEIRA (1987) surgem neste momento a escola Alemã, a escola Nórdica, a escola Francesa (a maior influenciadora da Educação Física brasileira) e a escola Inglesa.

No Brasil a mesma chega no séc XIX, possuindo o enfoque principal voltado para os conceitos de higiene. Ponto marcante desde a sua chegada ao Brasil, o atendimento aos ideais dominantes, sempre se fizeram presentes em suas características, desde o seu início no país. Sendo assim, de acordo com LEANDRO (2002), durante o movimento higienista ocorrido no Brasil em meados do séc XIX até a década de 30 do séc XX, a mesma caiu como uma luva para atender as causas do movimento, e não demorou muito, em 1880, foi implantada nas escolas com o objetivo de auxiliar a formação do cidadão sadio (homens fortes e saudáveis dispostos à ação. Saúde e eugenia da raça), buscando atender aos princípios higiênicos liberais presentes na época.

Como já discutimos anteriormente, de acordo com GUIRALDELLI JR (2003), outras quatro tendências marcam a Educação Física brasileira, e conseqüentemente deixam suas marcas na escola: A Educação Física Militarista (1930-1945) que voltava-se para a formação de um cidadão soldado (buscando a formação de uma sociedade pronta para o combate, para a guerra, ainda com características de saúde e eugenia), a Educação Física Pedagógica (1945-1964) onde volta-se para formação do cidadão educado (buscando a educação do povo, indo além da saúde), a Educação Física Competitivista (pós 64) ocorrida com grande força durante o regime militar, dedicada a formação do cidadão disciplinado e pacífico (uma grande arma do regime no controle do povo), e a Educação Física Popular (a partir de 80 e ainda em construção) valorizando a formação de um cidadão crítico e reflexivo (busca a libertação das classes populares).

Estas tendências mencionadas anteriormente nos mostram a ligação que a Educação Física possui com a formação da cidadania do povo brasileiro e como a mesma esteve sempre ligada aos princípios das classes dominantes. Só após o regime militar passasse a ter uma ideologia de formação do cidadão mudada para as

expectativas libertadoras.

Outro ponto fundamental na compreensão entre a formação do cidadão e a Educação Física é o processo de construção das ideologias da presente área que se manifestam através das tendências, mas que se edificam nas ligações entre os processos histórico-político brasileiro, as tendências pedagógicas desenvolvidas ao longo do processo e os métodos europeus que se desenvolvem paralelamente ao desenvolvimento da Educação Física brasileira.

Através da análise de todos estes pontos, fica a seguinte pergunta: Cidadania e Educação Física, hoje, o que é possível?

2.2. Cidadania e Educação Física, hoje, o que é possível?

A fala de alguns profissionais de Educação Física, ainda nos dias de hoje buscando a “formação do cidadão” apenas através do desporto, do ensino ao respeito as regras, aos adversários e ao entendimento de trabalho de “equipe”, é algo que numa visão de cidadania sobre o olhar de um aspecto crítico torna-se incompatível e eu diria ainda preocupante.

Muito me intriga como esta nova Educação Física é concebida. Após anos de “submissão” a uma “formação de cidadãos” que só era conveniente às elites, esta área de conhecimento em seu discurso acadêmico, através de livros, artigos, conferências, trabalhos apresentados, etc apresenta um discurso crítico no que se refere ao seu passado, pautando-se na ideia de educação de um cidadão que venha a romper com os ideais burgueses.

Entretanto, verificamos que esse discurso se distorce um pouco quando observamos as inúmeras atividades e seus fins, tanto na prática, quanto em livros de exercícios para aulas de Educação Física, por exemplo. É óbvio que uma influência presente desde sua origem, e até mesmo responsável pelo seu início nas escolas, não terá rápida dissolvência. Contudo, não sei até que ponto as atividades de Educação Física que valorizem a prática de desportos, a seleção de novos atletas, ou até mesmo o simples desenvolvimento de valências físicas ou motoras, podem interferir como área comprometida com mudança social, e, conseqüentemente para a educação de um novo cidadão, capaz de ter a consciência da sua não liberdade social, na limitação dos seus direitos. Será que através de tais atividades mencionadas se contribui para a formação de um cidadão reflexivo?

Não basta ensinar regras, fazer respeitá-las, ou desenvolver o corpo dos

indivíduos e suas aptidões esportivas sem fazer com que este indivíduo seja capaz de pensar. A formação de indivíduos higiênicos saudáveis com excelência no desenvolvimento físico ou de suas valências, entendedor que a sociedade possui regras e devem ser respeitadas, fazia parte do ideário das tendências passadas da Educação Física.

Esta postura vai sim, pactuar na verdade com o que ARROYO (2007), nos mostra como uma prática educativa que busca um modelo de sociedade corporativa, ou seja, a busca de modelos ideais de convívio social.

O que quero dizer aqui, não é que as valências físicas, ou os desportos, ou a formação motora não venham a ser importantes, não é isto. Quero dizer apenas que a Educação Física apresenta preocupações muito grandes com o corpo e não lança mão de sua capacidade de desenvolvimento de um homem crítico sobre o mundo em que vive.

Não podemos negar que o pilar em que sustenta a Educação Física é (e deve ser) fundamentado nas concepções de corpo e movimento, sendo a “cultura corporal”⁶ fio condutor na formação dos conhecimentos da presente área. Entretanto, as atividades trabalhadas nas aulas de Educação Física não podem focar apenas o conhecimento do corpo, ou muito menos se transformar em momentos de lazer, fazendo do lúdico⁷ “ponto alvo” do trabalho. Seu objetivo deve ser muito mais amplo e audacioso, se pretendemos fazer parte da transformação de nossos alunos, no que diz respeito as concepções de cidadania crítica, como nos fala o trecho retirado dos PCNs de Educação Física (BRASIL, 1997a) descritos a seguir:

A concepção de cultura corporal amplia a contribuição da Educação Física escolar para o pleno exercício da cidadania, na medida em que, tomando seus conteúdos e as capacidades que se propõe a desenvolver como produtos socioculturais, afirma como direito de todos o acesso a eles. Além disso adota uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, a cooperação, a participação social e a afirmação de valores e

⁶ Cultura Corporal: “A fragilidade de recursos biológicos fez com que os seres humanos buscassem suprir as insuficiências com criações que tornassem os movimentos mais eficazes, seja por razões “militares”, relativas ao domínio e uso de espaço, seja por razões econômicas, que dizem respeito às tecnologias de caça, pesca e agricultura, seja por razões religiosas, que tangem aos rituais e festas ou por razões apenas lúdicas. Derivaram daí inúmeros conhecimentos e representações que se transformaram ao longo do tempo, tendo ressignificadas as suas intencionalidades e formas de expressão, e constituem o que se pode chamar de cultura corporal. Dentre as produções dessa cultura corporal, algumas foram incorporadas pela Educação Física em seus conteúdos: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta. Estes têm em comum a representação corporal, com características lúdicas, de diversas culturas humanas; todos eles ressignificam a cultura corporal humana e o fazem utilizando uma atitude lúdica”. (BRASIL, 1997a, p.26)

⁷ Lúdico: O lúdico de acordo com Huizinga (1987) ^{apud MARTINS (2008)}, é o campo da “ilusão” e da “simulação”, tem uma conotação de prazer, de algo que se realiza sem conflitos e com finalidade. <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/o-ludico-como-disciplina-nos-cursos-de-licenciatura-em-matematica-um-estudo-necessario-a-formacao-dos-futuros-educadores-978278.html>> Acesso em: 03 de junho de 2010

princípios democráticos. O trabalho de Educação Física abre espaço para que se aprofunde discussões importantes sobre aspectos éticos e sociais, alguns dos quais merecem destaque. (BRASIL, 1997a p.28).

De acordo com FERREIRA (2006a), o conhecimento sobre o corpo simultaneamente construído pelas práticas corporais tem por finalidade tornar possível:

- A análise crítica de valores sociais (padrões de beleza e saúde), seu papel como instrumento de exclusão e discriminação social.
- Por meio da interação com os demais alunos nos jogos, desenvolver o respeito mútuo, atitudes de solidariedade e dignidade nos momentos de competição.
- A aquisição de hábitos saudáveis, a conscientização da sua importância e a possibilidade de estar integrado socialmente, podendo criar atitudes contra o consumo de drogas (álcool, fumo e outras). (FERREIRA, 2006a, p.21).

E continua o pensamento:

Embora numa aula de Educação Física os aspectos corporais sejam mais evidentes, mais facilmente observáveis e a aprendizagem esteja vinculada à experiência prática, o aluno precisa ser considerado como um todo, no qual aspectos cognitivos, afetivos e corporais estejam inter-relacionados em todas as situações. (FERREIRA, 2006a, p.21).

De acordo com PEREIRA (2009):

O processo de ensino e aprendizagem em Educação Física não se restringe, portanto, ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas possibilita capacitar o indivíduo para refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada. (PEREIRA, 2009, p.12).

Entretanto, devemos mencionar aqui, também, que nem só de aulas práticas e movimentos corporais devem se sustentar os fazeres da Educação Física. Fazem parte do seu processo educativo aulas de caráter teórico também, que venham a acrescentar no processo de formação do aluno. É certo de que muitos professores de Educação Física têm um certo pré-conceito a este tipo de aula. Alguns até por acreditarem ser mais cômodo uma aula prática, do que uma aula teórica carregada de princípios críticos onde necessita um bom preparo para executá-las, (não cabendo aqui esta discussão), outros por pura questão cultural já instalada. Entretanto, não podemos deixar para trás a oportunidade que temos nas mãos de trabalharmos conteúdos carregados de princípios que podem auxiliar no processo de reflexão crítica dos nossos alunos, como os apresentados nas Orientações Curriculares Para o Ensino Médio/ Conhecimentos de Educação Física (BRASIL, 2006). Podemos verificar isso através dos temas relevantes a seguir:

Performance corporal e identidades juvenis; Possibilidades de vivência crítica e emancipação do lazer; mitos e verdades sobre os corpos masculino e feminino na sociedade atual; Exercício físico X saúde; O corpo e a expressão artística e cultural;

O corpo no mundo dos símbolos e como produção da cultura; Práticas corporais e autonomia; Condicionamento e esforço físicos; Práticas corporais e espaços públicos; Práticas corporais e eventos públicos; O corpo no mundo da produção estética; Práticas corporais e organização comunitária; Construção cultural da idéias de beleza e saúde. (BRASIL, 2006, p.229.)

Outros temas poderiam ser explorados como mulheres no esporte; violência no esporte; a importância da prática de exercícios físicos; Esporte X questões raciais... entretanto, neste momento é importante ser frisado o ano em que estas Orientações foram descritas (2006), apresentando-se aí um curto período de publicação, nos indicando talvez um novo caminho a estar sendo tomado pela Educação Física.

De acordo com FERREIRA (2006b):

O programa da Educação Física tem e deve tratar da compreensão, do sentido/significado das relações e da interdependência que o jogo, o esporte, a ginástica e a dança têm com os grandes problemas sócio-políticos atuais como a ecologia, sexualidade, saúde pública, relações sociais do trabalho, preconceitos diversos, da deficiência, da velhice, distribuição de solo, renda, dívida externa e outros. Isto faz com que o aluno possa entender sua realidade social a partir de seus interesses. (FERREIRA, 2006b, p.30.)

Um outro ponto que temos de dar destaque, e este com grande indignação, e que afeta diretamente na formação de nossos alunos, é a fama que a Educação Física ganhou ao longo dos anos de disciplina de lazer, diversão, ficando por diversas vezes as margens das outras disciplinas escolares. O que me inquieta é saber que grande parte deste fenômeno se deve culpar aos próprios professores de Educação Física, que não generalizando, se contentam em dar uma bola para os meninos jogarem futebol e outra para as meninas jogarem queimado. Por quantas vezes me deparei com esta cena em minha época de estudante, posteriormente na fase de estágio da universidade e hoje como profissional. Por diversas vezes meus alunos, o que inclui os pequenos das séries iniciais, me questionaram: 'Fessor' não vai dar a bola para a gente jogar uma 'pelada'? Já me deparei com situações em que os alunos até estranhavam as aulas que não tivessem finalidade apenas a diversão e lazer. Talvez haja um costume, algo instituído, que faz das práticas de Educação Física um outro espaço de recreio escolar. Isto acaba por repercutir negativamente até mesmo dentro do corpo docente da escola, sobretudo no que diz respeito a (des)valorização do trabalho, a pouca representatividade nas reuniões pedagógicas com os demais professores, a coordenação pedagógica e da direção. Lembro-me do primeiro dia em que me apresentei em um colégio da Rede Municipal de São Gonçalo após tomar posse do cargo de professor do município. Fui questionado por uma professora se eu era mais um professor para dar bola e ir para

casa. Aquela atitude me fez refletir muito sobre como anda a imagem de nossa área. Uma colega de trabalho, uma especialista na parte pedagógica, questionando-me a funcionabilidade e importância da disciplina, na medida em que os professores que ela conhecia até aquele momento, não possuíam objetivos em suas aulas, ou “melhor”, muito menos possuíam alguma aula a ser dada. Com este relato de minhas experiências pessoais friso a importância de se (re)pensar as práticas pedagógicas em educação física. Parto, então, da seguinte questão: Que traços de sua história passada foram deixados de forma a fazer dela o que ela representa no contexto educacional da atualidade?

Outra questão foi verificada na entrevista a professores de Educação Física do ensino fundamental e médio e a acadêmicos do presente curso, em trabalho realizado por FERREIRA (2006b), nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O pesquisador concluiu o seguinte:

Concluiu que 95% dos entrevistados não lêem livros de outras áreas da educação; 80% depois de formados não leram nenhum livro específico; 95% não possuem nenhum livro da área e os que possuem disseram não ser original, ou seja, são cópias xérox de livros por ficarem mais barato. Dos acadêmicos, 98% não compraram os livros solicitados pelos professores dos cursos. (FERREIRA, 2006b, p.39).

É claro que não estamos aqui para julgar as pessoas pertencentes aos dados de tal avaliação, até mesmo porque isto se dá por diversos motivos como a falta de dinheiro por muitos, a dificuldade no acesso, ou até mesmo por uma questão da normalização ou acomodação do profissional que não se atualiza, que não repensa suas práticas. Se não construirmos um saber fundamentado, se não compreendermos o campo da educação física em seu aspecto epistemológico, dificilmente teremos um trabalho respeitado por todo corpo escolar. Precisamos fundamentar nossas argumentações e dar mais rigor acadêmico-científico às nossas aulas, o que não significa adotar perspectiva tecnicista, mas acompanhar o avanço do conhecimento, principalmente no que diz respeito à temática cultura que hoje deve estar amalgamada a todos os saberes e fazeres do contexto educativo. Estas posturas mencionadas anteriormente, e pelas quais não são raras serem vistas, são posturas que obviamente não podem contribuir com a “formação de nenhum cidadão”.

É claro que esta ‘marginalização’ da Educação Física, não pode ser colocada apenas na conta da prática de muitos professores, isto também se dá devido a um processo histórico, onde as disciplinas de línguas e exatas passam a se tornar muito

mais valorizadas do que as demais, principalmente destacando-se além da Educação Física, nossas coirmãs Educação Artística, Língua Estrangeira, Filosofia, Sociologia e posteriormente disciplinas como Geografia, História... Os PCNs de Educação Física (BRASIL, 1997a), criticam esta marginalização, e ainda nos dão alguns exemplos de casos em que isto ocorre:

Nas escolas, embora já seja reconhecida como uma área essencial, a Educação Física ainda é tratada como 'marginal', que pode, por exemplo, ter seu horário 'empurrado' para fora do período que os alunos estão na escola ou alocada em horários convenientes para outras áreas e não de acordo com as necessidades de suas especificidades (algumas aulas, por exemplo, são no último horário da manhã, quando o sol está a pino). Outra situação em que essa 'marginalidade' se manifesta é no momento de planejamento, discussão e avaliação do trabalho, no qual raramente a Educação Física é integrada. Muitas vezes o professor acaba por se convencer da 'pequena importância' de seu trabalho, distanciando-se da equipe pedagógica, trabalhando isoladamente. (BRASIL, 1997a, p.24).

Sabemos que esta imagem se alinha ao pensamento de racionalidade da Era da Modernidade. Saberes fragmentados, objetividade exacerbada, separação corpo/mente; razão/emoção; homem/natureza foram impregnando diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Desta forma torna-se mais difícil a Educação Física assumir seu papel na formação dos alunos na medida em que seu trabalho se torna dificultado pelo regimento escolar ainda matriciado pelo paradigma clássico da modernidade. Entretanto, tais exemplos não devem ser generalizados muito menos tornarem-se desculpa para o não comprometimento do profissional de Educação Física perante o processo educativo.

O destaque final fica por conta da insistência por parte de diversas instituições e profissionais da área de Educação Física na esportivização das aulas escolares em pleno século XXI, mesmo após o período da década de 1970, onde se utilizavam as aulas, dentre os vários objetivos mencionados no trabalho anteriormente, visando à formação de uma potência Olímpica através da seleção de atletas. E é claro que o ato de selecionar não pode combinar numa perspectiva crítica com os ideais progressistas de educação.

O esporte faz parte dos conteúdos a serem trabalhados na área de Educação Física, sendo pertencente à cultura corporal, entretanto, a partir do momento em que perde seu caráter educativo, ganhando um caráter excludente e de auto nível, perde também seu papel social reflexivo no ambiente escolar.

JUNIOR (2005), nos fala que:

Em algumas escolas que conheço, e são muitas, Educação Física é sinônimo de treinamento esportivo. Isto não significa que o esporte não possa ser feito com esse objetivo. O problema é que tais escolas atuam como se fossem clubes, ou seja, se o aluno não render o esperado, ele simplesmente ficará de fora da equipe principal

ou terá de ceder seu lugar para outro aluno, e sair da escola. O mesmo acontece com o professor, ou seja, se o seu ensinamento não deu resultado, não rendeu, 'rua'!

O esporte, como meio de sociabilização, principalmente os esportes de massa e coletivos, têm de ser trabalhados sim, mas não esqueçam que não podemos exigir dos alunos a responsabilidade de mostrar resultados, pois isto os afetará psicologicamente a ponto de eles não renderem nada. (JUNIOR, 2005, p.25).

Em minhas experiências educacionais tive a oportunidade de estagiar em uma das escolas particulares mais importantes do município de São Gonçalo, e, de certa forma, importante em âmbito nacional por estar presente em diferentes estados. Pois bem, lá conheci um dos diversos lados da Educação Física, o lado formador de atletas, que envolvia um grande número de alunos com a chamada "bolsa-atleta". A ideia era de que em troca do estudo os alunos tinham de participar de torneios pela escola, ou seja, em troca da educação os alunos geravam marketing para a escola, na medida em que a mesma se promovia através dos eventos esportivos. Isso é esporte para cidadania ou faz do esporte um servidor desta ou daquela ideologia e/ou interesse?

O caráter educacional da disciplina de Educação Física era totalmente alterado para a formação de desportistas de alto nível. A "formação do cidadão" ficava em segundo plano na medida em que era necessária a formação do atleta. Jovens de diversas escolas que apresentassem algum talento recebiam propostas para jogar pela escola. Os jovens quase 'viravam mercadoria', sendo por diversas vezes disputados pelas escolas particulares.

Não estou discutindo aqui o caráter desta atitude das diferentes escolas privadas, (isto extrapolaria os limites deste trabalho), o que eu quero refletir é o caráter que esta aula de Educação Física passou a ter. Onde ficam nesta didática os alunos não talentosos? Onde fica o peso, a responsabilidade de um jovem, o compromisso da criança em ter um bom rendimento para não perder sua bolsa? Até que ponto isto pode comprometer sua formação?

Volto a repetir, em pleno século XXI, como podem ainda muitas escolas contribuírem para a formação plena de seus alunos, e ainda darem a desculpa puramente burguesa que estão auxiliando os mais pobres com esta medida, dando uma educação que não poderiam ter, quando na verdade sabemos que esta escola não está focada para o rendimento deste aluno no que diz respeito ao aspecto pedagógico e de sua formação como homem, e sim, está preocupando-se se com o retorno em que o mesmo poderá dá-la com a divulgação de sua imagem. Quero deixar claro que não estou generalizando, mas buscando em minha própria vivência

no contexto da educação física escolar fatos e realizações que me inquietam, que me remetem a reflexões sobre o fazer docente, a concepção de escola, o papel da educação física na escola.

Além de todas estas características mencionadas acima, temos o caráter da competição exacerbada, da vitória a qualquer custo. Se o esporte não for bem trabalhado, ou melhor, se utilizarmos apenas para o lado competitivo correremos o sério risco de transformar nossas aulas em um “campo de guerra”, onde poderemos estar jogando para o alto, todos os princípios que buscamos construir ao longo destes últimos anos.

De acordo com Orientações Curriculares Para o Ensino Médio/ Conhecimentos de Educação Física (BRASIL, 2006):

A hegemonia da esportivização, que ao longo da história desempenhou papéis distintos, muitas das vezes a serviço da indústria cultural, acabou por gerar o processo de seleção de poucos para as práticas. Vários foram os discursos que sustentaram esse modelo esportivo tal como está colocado na nossa sociedade: o discurso da necessidade de se ter um ‘país olímpico’, no qual nossos ‘heróis’ seriam um exemplo para crianças e jovens e motivo de ‘orgulho da nação’; o discurso econômico no qual o consumo de produtos e serviços, bem como do próprio espetáculo esportivo é gerador de emprego e renda; o discurso da prática esportiva como solução para problemas de saúde, uso de drogas e outras mazelas sociais. Dessa forma, entendemos que a análise, a investigação e a desconstrução dessas ‘falsas certezas’ podem ser uma grande contribuição a ser dada por nós, professores de Educação Física. (BRASIL, 2008, p. 231).

Sendo assim, fico com a idéia de SOLER (2006) por contribuir para o enriquecimento teórico do presente trabalho:

Existem muitas propostas para uma Educação Física mais apropriada ao modelo que inclua todos, e um desses modelos é o programa chamado Esporte Educacional, que é uma prática esportiva para a infância e adolescência, em que a referência não é a metodologia do treinamento desportivo, como nos esportes de rendimento, mas o princípio sócio-educativo, cujas metas, segundo o INDESP (Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte), são:

A) O princípio da participação, em que todos devem atuar, não se limitando a juntar cinco crianças que jogam e os outros apenas assistem a elas.

B) O princípio da co-Educação, que agrupa meninos e menina e desperta o respeito mútuo.

C) O princípio da cooperação, cujo objetivo é não apenas formar campeões, mas valorizar o coletivo.

A Educação Física não pode servir para separar, não podemos mais compactuar com pessoas que, a título de formar atletas, dividem, separam e excluem todos os que são diferentes, lembrando que esses são os que mais precisam do professor e da atividade proposta. Até quando teremos que conviver com uma sociedade que teima em valorizar só o que a mídia impõe, na qual pessoas são consideradas de segunda categoria, e por isso mesmo menos capazes? (SOLER, 2006, p.46).

Por fim, meu pensamento sobre a “formação do cidadão” no âmbito da Educação Física se pauta nas idéias de SOLER (2006): “[...] Não creio que excluindo ou segregando podemos mudar alguma coisa. Existe toda uma necessidade de aproximação, e todas as pessoas comprometidas com a mudança já perceberam

isso. A Educação Física tem que começar a enxergar as pessoas como um todo, ou seja, se preocupar com a formação do ser humano integral, mais autônomo, livre, responsável, solidário e cooperativo”. (p.45)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que hoje as ciências humanas e sociais reconhecem a interligação entre pesquisador e a pesquisa. Deixo registrada a minha opção teórica nas concepções que abarcam os temas cidadania, educação e Educação Física.

Pretendi mostrar o quanto esta experiência vivida neste campo da pesquisa me afetou e me faz refletir sobre minha prática. Alias, considero que este deva ser o papel fundamental de todo trabalho teórico, a reflexão sobre a própria prática. Freire (1996, p.22), nos diz que: “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo”. Dessa forma não devemos nunca separar a teoria da prática, ou colocar a teoria à frente da prática, ambas devem ‘caminhar de mãos dadas’.

Quando pensei neste tema, pretendia melhor entender a minha real função, ou melhor, a real função da área da Educação Física dentro do processo de formação de nossos alunos, para que desta forma pudesse compreender minha própria prática.

Busquei na história, pistas que pudessem auxiliar-me na compreensão da atual Educação Física e assim compreender suas possibilidades na formação do cidadão brasileiro.

Percebi que as práticas atuais trazem em seus discursos, muito dos princípios oriundos do passado. Como os ideais ainda existentes nos dias de hoje, que têm na Educação Física escolar, a objetivação da melhoria da qualidade de vida da população, o combate a doenças e assim a promoção da saúde (princípios que trazem consigo marcas da Educação Física Higienista), ou os ideais que vêm na escola um meio auxiliar na formação de atletas, principalmente nos dias de hoje onde em breve sediaremos a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, gerando um clima de necessidade de surgimento de novos valores para o esporte e onde muitos acreditam ser a escola um dos locais mais propícios à descoberta dos mesmos. Estes princípios carregam consigo marcas da Educação Física Competitivista.

Há ainda aqueles que vêm nas aulas de Educação Física a possibilidade de “educar” os corpos dos alunos. Uma Educação Física que transmita valores sociais, morais e éticos, onde o aluno através das práticas corporais desenvolveria o costume do respeito às regras, do bom caráter, utilizador do tempo livre com

atividades saudáveis não se envolvendo em práticas “degenerantes”. Como diz o conhecimento popular, uma “pessoa de família”, ou seja, um cidadão educado. Estes princípios trazem consigo marcas de uma Educação Física Pedagogicista.

Existem ainda aqueles profissionais que tem no desenvolvimento do corpo, de sua robustez, a finalidade da Educação Física. Ainda hoje é possível vermos em algumas aulas de Educação Física, professores utilizando-se de exercícios calistênicos, repetitivos, sem nenhum envolvimento lúdico, colocando seus alunos para correrem em volta da quadra, executando abdominais, poli chinelos... Estas práticas carregam consigo marcas da Educação Física Militarista além do já discutido método francês oriundo das escolas européias.

Todas estas tendências da Educação Física trazem consigo, concepções de formação de cidadão que como observado anteriormente ainda se reproduzem nos dias de hoje. Apesar de após o Regime Militar (meados dos anos 80), estarmos vivendo o que GUIRALDELLI JR (2003), chama de Educação Física Popular, percebemos na prática, quase trinta anos pós-ditadura, que a Educação Física ainda vive este momento de construção de sua identidade, perceptível em tantas práticas incluindo a minha própria.

Estes ideais de cidadão (sadio, soldado, educado e disciplinado), discutidos ao longo do trabalho, trazem para os dias de hoje marcas nos conceitos de formação do cidadão. Apesar da busca nos dias atuais pela formação de um cidadão crítico e reflexivo, por distintas vezes as práticas das aulas de Educação Física providas dos pensamentos de formação do passado, trazem indícios de uma área que por distintas vezes trai na sua prática seus novos princípios pós 80 de formação cidadã.

Percebi dentro das reflexões realizadas anteriormente e no decorrer do trabalho, que o papel desta disciplina que tem o corpo como objeto de ensino, não poderia e não pode se limitar aos conhecimentos desportivos, ensino de regras, a importância para a saúde, da prática de atividades físicas, ou na busca de alunos saudáveis pré-dispostos a aprender. Ela possui um papel político dentro da escola, e não pode abrir mão de tal fato. Possui conteúdos que podem ser trabalhados numa perspectiva libertadora e solidária, e não num modelo adestrador e seletista como observado ao longo de sua história.

A Educação Física tem uma história voltada aos interesses das classes dominantes sim. É marcada nos dias de hoje por tais influências, mas não deve esquecer ou abrir mão de seu passado. Deve, sim, compreendê-lo, refletir sobre o

mesmo e entender sua grande importância como área educacional nos dias de hoje para romper com a postura consensual, pacificadora e formadora de homens dóceis, na busca pela transformação e na formação de homens críticos, ou melhor, na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos, e não apenas obedientes em seus deveres. É através do entendimento do seu viés político, que a Educação Física poderá auxiliar no processo de formação do ser humano, para que este venha a ser agente de mudança social e defensor de caminhos que objetivem romper com as desigualdades sociais existentes na busca de uma sociedade menos injusta e mais igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Sergio Estevam Carlos de. *Busca da trajetória das mulheres atletas brasileiras nos jogos olímpicos*. <http://www2.ufrgs.br/xiipalops/Problemas/1011634_24_1402.pdf> Acesso em: 03 junho de 2010

ARROYO; Miguel. G. *Educação e Exclusão da Cidadania*. In: _____ *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* (Coleção questões da nossa época. V.19.)13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. Cap 2, p. 31-80.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 Jun. 2009.

BRASIL; Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares Para o Ensino Médio/ Conhecimentos de Educação Física*. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>. Acesso em: 31 de mar. 2010.

BRASIL; Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: educação física*. Brasília: MEC/SEF, 1997a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>>. Acesso em: 30 de mar. 2010

BRASIL; Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Introdução*. Brasília: MEC/SEF, 1997b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 30 de mar. 2010

BUFFA; E. *Educação e Cidadania Burguesas*. In: *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* (Coleção questões da nossa época. V.19.)13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. Cap. 1, p. 11-30.

American College of Sports Medicine (ACSM). *Recomendações básicas do Colégio Americano de Medicina Esportiva e da Associação Americana do Coração*. 2007. Disponível em <www.acsm.org>. Acesso em: 09 de abr. 2010

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; *Mini Aurélio Século XXI Escolar: O Minidicionário da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA; Nilda Tevês. *Cidadania: uma questão para a educação*. 7ª Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA; Vanja. *Educação Física escolar: Desenvolvendo habilidades*. s/e. Rio de Janeiro: Sprint, 2006b.

FERREIRA; Vanja. *Educação Física: interdisciplinaridade, aprendizagem e inclusão*. s/e. Rio de Janeiro: Sprint, 2006a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GUIRALDELLI JR; Paulo. *Educação Física Progressista, A pedagogia Crítico Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira*. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

IZA; Helion Massami & JUNIOR; Luiz Gonçalves. A Perspectiva Docente sobre a Educação Física dos Cursos Superiores da Universidade Federal de São Carlos. *Motriz*: 6 (2): 75 - 80. 2000.

JUNIOR; Afonso. *Aprendizagem por meio da ludicidade*. s/e. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

LEANDRO; Marcilene Rosa. *Educação Física no Brasil uma História Política*. 4º-1424B. Monografia (Trabalho de conclusão do curso de Educação Física) – Centro Universitário UNIFMU, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/3097/1/educacao-fisica-no-brasil-uma-historia-politica/pagina1.html>>. Acesso em: 7 de set. 2009.

LUCKESI; Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. 15ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 1994.

MAIA; Raul (Ed). *Ensino Dinâmico de pesquisa*. s/e. São Paulo: DCL, 1999.

MARCASSA; Luciana. A Educação Física face ao projeto de modernização do Brasil (1900-1930): as histórias que se contam. *Pensar a Prática* 3: 82-95, Jul.-Jun. 1999-2000

MATUÍ; Jiron. *Cidadão e professor em Florestan Fernandes*. (Coleção questões da nossa época. V.90.) s/e. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA; Vitor Marinho de. *Educação Física Humanista*. s/e. Rio de Janeiro: [sn], 1987.

PEREIRA; Danielle Lopes Pereira. *Jogos na piscina*. s/e. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

SANTOS, Milton. *Espaço do Cidadão*. s/e. São Paulo: Nobel, 1987.

SAVIANI; Dermeval. *Escola e Democracia*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

SCHWARCZ; Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. *Raça e Diversidade*. São Paulo, p. 147-185, 1996.

SOARES; Carmen. *Educação Física, Raízes Europeias e Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

SOLER; Reinaldo. *Jogos Cooperativos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

ZOBOLI; Fabio. Educação Física e cisão corpo/mente: considerações a partir da história da Educação Física brasileira. *Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB ISSN 1809 – 0354*. 4 (1) 72-88, jan./abr. 2009.